



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS E HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS**

**AS VERTENTES DOS TEMAS REDACIONAIS DO ENEM E SUAS IMPLICAÇÕES
SOCIOLÓGICAS**

MILLA CRISTIE DANTAS DA SILVA

**CATOLÉ DO ROCHA – PB
MAIO 2019**

MILLA CRISTIE DANTAS DA SILVA

**AS VERTENTES DOS TEMAS REDACIONAIS DO ENEM E SUAS IMPLICAÇÕES
SOCIOLÓGICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Letras e Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba, como um dos requisitos para obtenção do grau em Licenciatura Plena em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Jairo Bezerra da Silva

CATOLÉ DO ROCHA-PB

2019

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586v Silva, Milla Cristie Dantas da.
As vertentes dos temas redacionais do ENEM e suas implicações sociológicas. [manuscrito] / Milla Cristie Dantas da Silva. - 2019.
52 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Agrárias, 2019.
"Orientação : Prof. Dr. Jairo Bezerra da Silva, Departamento de Letras e Humanidades - CCHA."
1. Contexto social. 2. Enem. 3. Redações. 4. Vertentes sociológicas. I. Título
21. ed. CDD 301.4

MILLA CRISTIE DANTAS DA SILVA

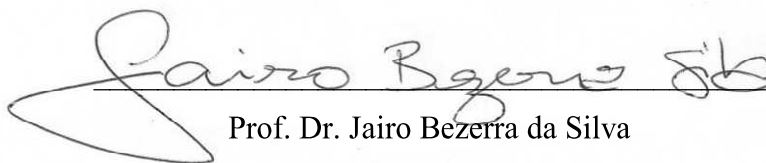
**AS VERTENTES DOS TEMAS REDACIONAIS DO ENEM E SUAS IMPLICAÇÕES
SOCIOLÓGICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Letras e Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba, como um dos requisitos para obtenção do grau em Licenciatura Plena em Letras.

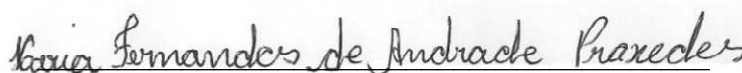
Orientador: Prof. Dr. Jairo Bezerra da Silva

Aprovado em: 19 de junho de 2019.

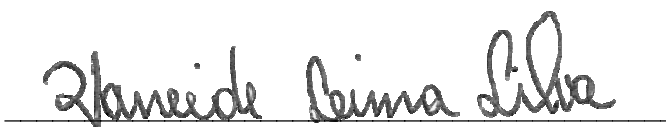
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Jairo Bezerra da Silva
Orientador – UEPB/ CÂMPUS IV



Prof^ª. Ma. Maria Fernandes de Andrade Praxedes
Examinadora– UEPB/ CÂMPUS IV



Prof^ª. Dra. Vaneide Lima Silva
Examinadora – UEPB/ CÂMPUS IV

CATOLÉ DO ROCHA-PB

2019

AGRADECIMENTOS

A princípio, agradeço a Deus por ter me dado forças de enfrentar a destemida batalha que é a busca por uma formação acadêmica, pois esta é cheia de tempestades e obstáculos que arduamente temos que combater. Agradeço também por Ele ter me preparado para o momento da defesa e não ter me deixado desanimar por todas as vezes que pensei que não era capaz e que não ia conseguir, e hoje posso vislumbrar o horizonte do ensino superior.

Agradeço a minha mãe guerreira, que me mostrou, no decorrer dos anos, o verdadeiro significado da palavra esforço e dedicação, pois sempre lutou arduamente para dar o sustento da família e ensinar dignamente a sermos cidadãos de bem. Foi ela quem sempre me deu forças e ânimo para enfrentar todas as dificuldades que estavam em meu caminho. A você, mãe, Kátia Cilene, a minha mais singela gratidão por existir em minha vida. Por várias vezes sempre enxugou minhas lágrimas e com amor em seus olhos sempre me disse “você é capaz, não desanime!”. Obrigada por tudo!

A minha irmã, Ludmilla (Milinha), por me apoiar em meus estudos e sempre demonstrar o orgulho que sentia em prestigiar a minha busca pelo diploma. Ao meu sobrinho, Pedro Arthur, mesmo com sua ingenuidade sempre quis me ajudar da forma que estava ao seu alcance, assim, sempre que precisava ele estava ao meu lado para dizer: “ninguém pode apertar minha tia, ela está estudando!”.

Não poderia ir para os próximos agradecimentos sem mencionar meu orientador Jairo Bezerra da Silva, por sempre confiar em mim e me dar a devida credibilidade. Agradeço pela paciência, pois sempre foi compreensivo e prestativo. Falar em você é nos remeter a uma pessoa pura e de coração bondoso e ao mesmo tempo um intelectual altamente capacitado para atuar em sua área. Obrigada, Jairo! Quero que saiba que sem você eu jamais teria chegado até aqui.

Quero lembrar de agradecer ao corpo docente que oportunizou a janela que hoje almejo, a do ensino superior, e hoje meu diploma! Mais uma vez, meu muito obrigada aos meus professores, mestres e doutores, por todos os ensinamentos que compartilharam, pois seus conhecimentos foram fundamentais para minha formação acadêmica. Agradeço também a direção e administração do Câmpus IV pela disponibilização e a busca por projetos que auxiliassem nossa formação.

É de relevância importância citar a professora Eliene Fernandes e Ana Maria que coordenaram o projeto PIBID no qual participei durante quase toda minha formação

acadêmica. Quero dizer que com vocês aprendi o quanto uma sala de aula pode nos transformar enquanto profissionais da educação. Obrigada por todos os ensinamentos e cobranças.

E, por fim, não menos importante, minhas amigas, minhas verdadeiras companheiras! “AZINIMIGAS”: Laiza, Kallem, Patrícia, Sinthya, Soraia, Rosangela e Roseane, por me ajudarem nos momentos de dúvidas e dificuldades e serem meu ponto de apoio dentro da Universidade. Posso recordar os dias em que chegávamos desanimadas, sem forças e sem ânimo de continuar e sempre, uma aleatoriamente, tentava transformar toda aquela nossa tristeza em uma piada para que assim, pudéssemos enxergar aquela situação pelo melhor ângulo possível. Quero que saibam que meu carinho por vocês é enorme e as levarei comigo por toda minha vida.

E, por fim, infinitas vezes: Obrigada, meu bom **Deus!**

RESUMO

Considerando que o Brasil está passando por um momento de mudanças no cenário educacional, tornou-se interessante desenvolver a pesquisa sobre 07 (sete) temas redacionais dos respectivos anos: 1998, 2000, 2002, 2004, 2006, 2017 do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O presente estudo “**As vertentes dos temas redacionais do Enem e suas implicações sociológicas**” buscou entender a construção sócio-histórica do Exame e, assim, fazer breves análises sobre os fatores que são e não são levados em consideração no processo de confecção das propostas redacionais do ENEM. Em síntese, o propósito do trabalho não teve a pretensão de espremer o modelo de produção textual, mas sim, analisá-lo, a fim de provocar uma reflexão sobre o sistema educacional brasileiro e os vieses sinuosos que ainda o cercam. Tendo em vista que este exame trabalha questões voltadas à sociedade e as questões que a cercam, selecionamos as referidas edições pelo fato de que foi possível perceber os aspectos ideológicos que cercam a banca confeccionadora das propostas redacionais. Assim, a pesquisa consolida-se como histórico- analítica, pois buscamos desenvolver nosso estudo baseando-se em fatos que ocorriam no Brasil em cada edição do exame, como também como agia a sociedade de cada época. Para tanto, nos orientamos através da leitura de autores como Boudieu (2007), Camacho (2013), Dantas (2007), Souza (2009), Brasil (1998) entre outros estudiosos relevantes que desenvolveram pesquisas e debatem o tema. Inicialmente, fizemos a análise do nosso *corpus* que corresponde a sete propostas redacionais e percebemos que em alguns casos os candidatos não estão sendo preparados igualmente. Ou seja, as classes menos favorecidas, muitas vezes acabam prejudicados por serem detentores de um ensino cheio de déficits. Nesse sentido, buscamos provocar uma reflexão a cerca das propostas redacionais e a falsa universalização de ensino que é atribuído aos candidatos ao exame.

Palavras-chave: Contexto social, Enem, Redações, Vertentes sociológicas.

ABSTRACT

Considering that Brazil is going through a moment of changes in the educational scenario, it has become interesting to develop the research on some of the editorial topics of the National High School Examination (Enem), in order to try to understand its socio-historical construction. Considering that this exam works issues related to society and the issues surrounding it. The present study "The aspects of the editorial themes of the Enem and its sociological implications" proposes to analyze the editorial proposals of the years: 1998, 2000, 2002, 2004, 2006, 2009 and 2017. Thus the research consolidates itself as historical-analytical, because we sought to develop our study based on facts that occurred in Brazil in each edition of the exam, as well as how the society of each era acted. To do so, we orient ourselves through the reading of authors such as Boudieu (2007), Camacho (2013), Dantas (2007), Souza (2009), Brazil (1998) among other relevant scholars who have developed research and debate the theme. Initially, we did the analysis of our corpus that corresponds to seven editorial proposals and we realize that in some cases the candidates are not being prepared equally. In other words, the less favored classes are often disadvantaged by having deficient education. In this sense, we seek to provoke a reflection about the editorial proposals and the false universalization of teaching attributed to them.

Keywords: Social context, Enem, Essays, Sociological aspects.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO I – ENEM: HISTORICIDADE E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO- METODOLÓGICA.....	10
1.1 A utilização do Enem como via principal para ingressar em universidades e meio seletivo para programas governamentais.....	13
1.2 Primeira fase (1998 - 2016).....	16
1.3 Segunda fase – Reforma do Ensino Médio e reestruturação do Enem.....	18
1.3.1 Reforma do Ensino Médio.....	18
1.3.2 Enem 2017 (ressignificações).....	20
CAPÍTULO II – AS PROPOSTAS REDACIONAIS DO ENEM: UM ESTUDO SOBRE SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOLÓGICAS	21
CONCLUSÃO.....	48
REFERÊNCIAS.....	50

INTRODUÇÃO

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi criado no ano de 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho qualitativo dos alunos do ensino médio no Brasil. Formulado e direcionado pelo MEC (Ministério da Educação) esse exame passou por diversas mudanças que buscaram desenvolver um método que visasse aperfeiçoar as capacidades cognitivas e críticas dos educandos. Assim, com o passar do tempo, esse exame obteve o apoio de algumas entidades, como por exemplo, as Secretarias Estaduais de Educação, que buscaram democratizar o ensino superior dando relativa oportunidade aos concorrentes de ingressarem em algumas universidades públicas ou privadas.

Segundo a Fundamentação Teórico-Metodológica do ENEM, o modelo de avaliação do exame foi desenvolvido com o intuito de aferir os conhecimentos com os quais aferimos diariamente o nosso conhecimento, mas não apenas como delimitamos nosso dia-a-dia, que é que é uma peça fundamental para a constituição dessas estruturas, mas também a nossa capacidade de aprender e continuar aprendendo, para que aliadas consigam nos capacitar para compreendermos o mundo no qual vivemos.

Tendo em vista que este exame trabalha questões voltadas à sociedade e as questões que a cercam, desenvolvemos a presente pesquisa com o seguinte tema: **As vertentes dos temas redacionais do Enem e suas implicações sociológicas**, pois buscamos entender como o contexto social pode se mostrar relevante no processo de elaboração das propostas redacionais, assim, selecionamos as edições: 1998, 2000, 2002, 2004, 2006, 2009 e 2017 pelo fato de que foi possível perceber o quanto não é condizente o nível de cobrança com o nível de aprendizagem dos alunos da rede pública de ensino, como também, os aspectos ideológicos, classistas e estigmatizantes que cercam a banca que elabora as propostas redacionais do ENEM. Ou seja, nosso trabalho foi desenvolvido pautando contexto social e cultura dos candidatos.

Sendo assim, este estudo veio a proporcionar a compreensão acerca dos temas que são abordados nas propostas redacionais e como o sistema educativo prepara os alunos para o desafio do Enem. Pois, o exame idealiza a universalização do processo educacional, ou seja, que todos os alunos, sejam eles de escola privada ou pública, são preparados igualmente para o exame, e, ao longo desta pesquisa será possível perceber que vários fatores como: contexto social e nível de aprendizagem, não são levados em consideração na confecção das propostas redacionais do ENEM.

O trabalho organiza-se em dois capítulos. No primeiro, fazemos uma explanação acerca do Exame Nacional, apresentando detalhadamente todos os fatores que o compõe. No segundo, apresentamos nosso *corpus*, a análise de sete temas redacionais fazendo uso das contribuições teóricas/metodológicas, que para tanto nos recorreremos de autores que foram imprescindíveis tanto para os estudos pedagógicos quanto para os estudos sociológicos.

Sob o aparato teórico de Bourdieu (2007), Dantas (2007) e Souza (2009), entre outros, buscaremos alcançar o objetivo desta pesquisa que é através de uma reflexão sobre o sistema educacional público, demonstrar como funciona a repercussão, os avanços, as exigências e a didática do ENEM ao longo dos respectivos anos (1998 à 2017).

CAPÍTULO I – ENEM: HISTORICIDADE E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

O modelo de avaliação do Enem procura dar ênfase à percepção de mundo aliada à capacidade de o aluno agir criticamente e tomar decisões independentes no cotidiano sócio-educacional. De modo que, Segundo Lima (2008) o Exame também pode ser definido como sendo um caminho de possibilidades que devem ser construídos pelos sujeitos a partir das relações interpessoais estabelecidas no âmbito coletivo. Isso representando uma forma de avaliar as ações oriundas do conjunto das relações sociais, enquanto um processo de aprendizagem não linear, mas baseada na socialização dos códigos de ensino e linguagem.

Nossa percepção pode ser sintaticamente resumida através de uma pequena parte retirada de umas das principais ferramentas teóricas que regem os preceitos desse exame, assim este documento nos afirma:

Há uma dinâmica social que nos desafia, apresentando novos problemas, questiona a adequação de nossas antigas soluções e exige um posicionamento rápido e adequado ao cenário de transformações imposto pelas mudanças sociais, econômicas e tecnológicas com as quais nos deparamos nas últimas décadas. Este cenário permeia todas as esferas de nossa vida pessoal, mobilizando continuamente nossa reflexão acerca dos valores, atitudes e conhecimentos que pautam a vida em sociedade. (ENEM – Fundamentação Teórico-Metodológica, 2005, p.07)

Desse modo, podemos compreender que o Enem opta cada vez mais pela ruptura de paradigmas centralizadores num modelo de inteligência artificial ou sistemática, cujas diretrizes valorizam quase sempre a repetição, a memorização, distantes do entendimento das questões sociais. Assim, a cada ano o Exame busca uma reconfiguração, para que sua avaliação inovadora possa ser implementada no reconhecimento de que cada competência corresponde à uma complexidade. Essa complexidade do Enem exige explicações múltiplas o que nos leva, inicialmente, a ressaltar dois pontos de destaque contidos no relatório pedagógico. Segundo o documento Enem 2002 – Relatório Pedagógico:

1) [...] o Enem é estruturado a partir de uma matriz que indica a associação entre conteúdos, competências e habilidades básicas próprias ao jovem e jovem adulto, na fase de desenvolvimento cognitivo e social correspondente ao término da escolaridade básica (p. 16).

Assim, o exame tem sua metodologia voltada a um estilo de questionamento socioeconômico que possibilita a contextualização do aluno em diversas esferas de sua

vivência. Desse modo, o Exame busca verificar o desempenho dos candidatos ao aplicarem seus conhecimentos em situações de convívio pessoal, educacional, familiar, social e econômico. Nesse sentido, o Enem busca analisar como a escola vem sendo a mediadora para o fortalecimento desse aperfeiçoamento que consiste em adquirir conhecimento através de conceitos ligados a fatos, teorias e convívio social e aplicá-los tanto no âmbito escolar quanto acadêmico. E, por assim dizer:

2) O Enem busca verificar como o conhecimento assim construído pode ser efetivado pelo participante por meio da demonstração de sua autonomia de julgamento e de ação, de atitudes, valores e procedimentos diante de situações-problema que se aproximem, o máximo possível, das condições reais de convívio social e de trabalho individual e coletivo (idem, p. 18).

A configuração sob as quais se estruturam o Enem nos levou à seguinte reflexão: o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) propõe avaliar as modalidades que compõem a desenvoltura do candidato, pois, segundo Macedo (2005) é através de uma concepção construtivista, que o foco de cobrança será na resolução de problemas e na capacidade que o educando terá para produzir textos, apresentando argumentações e possíveis soluções para problemas sociológicos que integram a sociedade.

Nesse sentido, o objetivo Exame, segundo o ENEM - Fundamentação Teórico-Metodológica, 2005:

O objetivo do Enem é medir e qualificar as estruturas responsáveis por essas interações. Tais estruturas se desenvolvem e são fortalecidas em todas as dimensões de nossa vida, pela quantidade e qualidade das relações que estabelecemos com o mundo físico e social desde o nascimento. O Enem focaliza, especificamente, as competências e habilidades básicas desenvolvidas, transformadas e fortalecidas com a mediação da escola (p.07).

Os argumentos relacionados ao Enem nos remetem à ideia de que a ênfase dada a esse tipo de avaliação visa, prioritariamente, à valorização de processos cognitivos inovadores capazes de acelerar a imaginação de quem o faz. E, esses processos são adquiridos por meio de novas metodologias usadas pelos professores em sala de aula. O que pode ser entendido como:

Até pouco tempo, a grande questão escolar era a aprendizagem – exclusiva ou preferencial – de conceitos. Estávamos dominados pela visão de que conhecer é acumular conceitos; ser inteligente implicava articular logicamente grandes idéias, estar informado sobre grandes conhecimentos, enfim, adquirir como discurso questões presentes principalmente em textos eruditos e importantes. Nesses termos, dar aula podia ser para muitos professores um exercício intelectual muito interessante. O problema é que muitos alunos não conseguem aprender nesse contexto, nem se sentem estimulados a pensar, pois sua participação nesse tipo de aula não é tão ativa quanto poderia ser (MACEDO, 2005, p.17).

Compreendemos que o Exame foi criado para que através da sua metodologia de avaliação e aplicação, as mudanças na educação brasileira como: democratização e qualidade de ensino, desde a educação básica até o ensino superior, sejam amenizadas. Compreendemos que segundo o que foi citado, cabe também ao professor provocar debates sobre a qualidade da educação dentro do próprio ambiente escolar, para que sejam efetivas as mudanças no sistema educacional, assim sendo, é possível ocorrer transformações na vivência dos educandos no ambiente escolar.

Levando em consideração as contribuições já citadas e tendo em vista os desafios que envolveram o exame desde a sua primeira edição até os dias atuais, deve-se destacar que o Enem passou por várias fases e uma delas foi a credibilidade por parte do público alvo, pois, é importante salientar que no princípio houve uma propaganda midiática, visando a desvalorização do exame que não deu bastante credibilidade ao exame e que só posteriormente a seleção veio a ser parcialmente valorizada. Logo, nosso apontamento pode ser relativamente sinalizado através do documento RELATÓRIO PEDAGÓGICO ENEM (2011-2012), que versa sobre um levantamento quantitativo sobre o desenvolvimento do Enem ao longo dos anos, sintaticamente assim resumido:

Desde o princípio, a participação no ENEM é facultativa, e se nos seus primeiros anos o Exame não contou com mais de 500 mil inscritos, em 2001 superou a marca de 1 milhão. Contribuiu para esse crescimento a instituição, por parte do Inep, da isenção de pagamento da taxa de inscrição para concluintes oriundos da Rede Pública, o que fez com que o Exame passasse a ser dimensionado para um número cada vez maior de participantes. Somase a isso a concessão de bônus, nos principais processos seletivos para ingresso no nível superior do país, via pontuação no ENEM, o que promoveu o interesse dos estudantes na realização do Exame (p.19)

Assim, deduzimos que o Enem foi ganhando credibilidade entre as Instituições de Ensino Superior e entre os interessados em adentrar a essas instituições. Por conseguinte, com a elevação dos benefícios obtidos pelo Enem os jovens e adultos tiveram a oportunidade de ingressar em uma universidade sem precisar prestar vestibular e também usar a nota do exame como certificado de conclusão do ensino médio.

Desse modo, foram sendo criadas políticas públicas inovadoras com o objetivo de beneficiar os candidatos, através da sua pontuação obtida no exame. Visto que, o educando deve atingir um percentual de pontos para conseguir ingressar em determinada universidade e curso. Assim, consideramos que é de suma importância que tracemos um percurso apontando os principais programas governamentais que servem como ferramenta seletiva para beneficiar os candidatos oriundos do Exame Nacional.

1.1 A utilização do Enem como via principal para ingressar em universidades e meio seletivo para programas governamentais

Versar sobre os programas governamentais que foram criados com o intuito de democratizar o ensino superior é estudar as transformações, mesmo que de forma indireta, os aperfeiçoamentos e mudanças ocorridas na qualidade da educação brasileira a partir da década de 90. Pois, sabemos que foi a partir dessa década que a educação começou a passar por grandes reformas, especificamente em sua valorização e metodologia de avaliação.

No Brasil até meados do século 20, a oportunidade de ingressar ao ensino superior era atribuída aos estudantes de colégios tradicionais, geralmente alunos pertencentes a famílias com maiores posses. Porém, com o passar dos anos, o sistema de ensino/aprendizagem passou por uma reforma que visou aprimorar a metodologia de ensino nas escolas públicas, e, essa reforma foi tomando proporções benéficas para a sociedade, pois a democratização do ensino superior foi se propagando e dando resultados que podem ser sinteticamente resumido em um artigo escrito por de Vellei (2018) retirado do site *Guia do estudante*, assim resumido:

Hoje, com vestibulares cada vez mais democráticos, um número maior de pessoas consegue dar continuidade aos estudos após o ensino médio. Dados divulgados no final de 2015 pelo IBGE mostraram que a matrícula na educação superior superou 7,8 milhões de alunos. O aumento na demanda por vagas fez com que as universidades também modernizassem seus processos de seleção. A boa notícia é que isso significa mais opções na hora de escolher qual vestibular fazer.

Em princípio, apenas algumas instituições de Ensino Superior aceitavam a nota do Enem como processo seletivo, mas posteriormente com a criação de programas governamentais, como: SISU (Sistema de Seleção Unificada) e o PROUNI (Programa Universidades para Todos) a procura aumentou significativamente.

Com o crescimento acelerado do número de candidatos para o exame, a partir de 2009 foram necessárias algumas mudanças curriculares e organizacionais para promover a garantia de uma prova mais completa e eficaz. Por este motivo, o exame passou a ser realizado em dois dias consecutivos de provas, totalizando 180 questões objetivas e a proposta de redação o que aqui representa o nosso objeto de estudo.

Compreendemos que o Enem proporciona aos candidatos (jovens e adultos) a oportunidade de ingressar no ensino superior, deixando uma porta aberta para o mesmo, que através do seu desempenho, o educando poderá “escolher” a universidade e o curso que deseja, ou de participar de programas governamentais que oferecem cursos técnicos, por exemplo, que utilizam o Enem como critério de seleção.

Existem programas governamentais que foram criados a fim de democratizar, através do Enem, o ensino desde o técnico ao superior. Segundo o site *Portal Brasil* são estes:

- SISU

O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) é um sistema gerenciado pelo MEC, no qual instituições públicas de ensino superior podem oferecer vagas para candidatos participantes do Enem. O processo seletivo acontece duas vezes ao ano, sempre no início do semestre letivo. A inscrição é gratuita, e é realizada em uma única etapa via internet. O sistema de seleção é simples: universidades públicas que optam por participar do programa ofertam um número de vagas em seus cursos. Ao final do período de inscrições, são selecionados os candidatos mais bem classificados.

Este ano, 115 instituições superior aderiram ao Sisu, dentre elas: 50 universidades federais, 40 institutos federais de educação tecnológica, 20 instituições federais e uma faculdade federal.

- PROUNI

O Programa Universidade para Todos (ProUni) foi criado pelo governo federal em 2004. O objetivo é conceder bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior. Para concorrer às bolsas integrais do programa, o candidato deve ter renda familiar bruta mensal de até um salário mínimo e meio por pessoa. Para as bolsas parciais de 50%, a renda familiar bruta mensal deve ser de até três salários mínimos por pessoa.

Entre os requisitos, é preciso ter cursado ensino médio completo em escola da rede pública ou na condição de bolsista integral em escolas privadas. Já em relação ao processo seletivo regular, pode se inscrever o candidato que tenha feito o Enem do ano imediatamente anterior e que tenha obtido, no mínimo, 450 pontos na média das notas das provas do Exame e nota acima de zero na redação.

- **FIES**

O Programa de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições privadas. Podem recorrer ao financiamento estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. Confira neste link cursos e universidades participantes.

A partir de 2010, o programa passou a funcionar em um novo formato e os juros de financiamento caíram para 3,4% ao ano. Além disso, passou a ser permitido ao estudante solicitar o financiamento em qualquer período do ano.

Para participar, é preciso que os estudantes que concluíram o ensino médio a partir do ano letivo de 2010 tenham feito o Enem de 2010 ou ano posterior. Contudo, professores da rede pública de ensino estão isentos da exigência do exame.

- **PRONATEC**

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado pelo governo federal em 2011, busca ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. Para se inscrever nas diversas opções de cursos técnicos oferecidos, é preciso se cadastrar no Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (Sisutec). A oportunidade é direcionada para quem já concluiu o ensino médio e realizou o Enem e obteve nota acima de zero na prova de redação.

Atualmente o Sisutec oferece 291.338 vagas em 937 unidades de ensino. Durante a inscrição, o candidato pode escolher até duas opções de cursos técnicos. As vagas são destinadas, principalmente, aos candidatos que cursaram o ensino médio completo na rede pública ou como bolsista integral em instituições privadas.

- **CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS**

O programa Ciência sem Fronteiras busca promover a internacionalização da ciência e tecnologia, por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. O projeto prevê a utilização de até 101 mil bolsas em quatro anos para promover intercâmbio, de forma que alunos de graduação e pós-graduação façam estágio no exterior. A finalidade é manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação. Para participar, é preciso estar matriculado em curso de nível superior nas áreas e temas contemplados pelo programa. Além disso, é preciso ter obtido nota no Enem igual ou superior a 600 pontos, em exames realizados a partir de 2009, dentre outros critérios.

É possível inferir que a implementação de tais políticas públicas, que integram esses programas governamentais visam contribuir para o enfrentamento das desigualdades educacionais e melhoria do currículo escolar, acarretando assim, o aperfeiçoamento das capacidades sociais, linguísticas e cognitivas dos candidatos.

Para melhor compreensão dessas questões, subdividimos o Exame Nacional em duas fases, a primeira: compete desde a criação do Enem, frisando o contexto histórico da época, até a última edição e a segunda: versaremos sobre a reforma do ensino médio e as novas regras e metodologias que serão aplicadas na próxima edição do Enem 2017.

1.2 Primeira fase (1998 - 2016)

Em 1990 iniciava-se no Brasil um processo de reestruturação da política brasileira, e com isso, o âmbito educacional também começava a surgir um novo rumo. Exames padronizados começaram a ser implantados, visando uma nova perspectiva de ensino e avaliação. Ou seja, com base em uma ideologia neoliberal, proposta pelo governo, “o Estado avaliador no que concerne à educação consiste em descentralizar os recursos e suas responsabilidades, centralizando o controle do sistema e do currículo escolar” (KILITZKE; VALLE, 2015, p. 228), assim, “na década de 1990 o Brasil, e particularmente, o campo da educação, passa por importantes reformas, especialmente em relação à avaliação” (idem, p. 227).

Para entendermos como o Enem foi criado e os diferentes processos que o mesmo percorreu, é imprescindível que entendamos o contexto histórico da época, longo, compreendêramos como se encontrava a educação brasileira antes da sua fundação. E para melhor compreensão:

Criado em 1998 (Brasil.MEC, 1998), o ENEM apresenta, desde sua origem, a finalidade de avaliar o desempenho individual dos concluintes do Ensino Médio brasileiro. Trata-se de um exame individual, de caráter voluntário, que possibilita a todos os participantes uma referência de autoavaliação em relação aos demais estudantes que facultativamente se interessam em realizar a prova. Sem ter abandonado seu caráter original, o ENEM vem se modificando ao longo da última década, a ponto de galgar, na atualidade, o patamar do maior teste educacional aplicado pelo Governo Federal. Compreender essas transformações é crucial para iluminar o que o ENEM representa hoje no âmbito do sistema educacional brasileiro (RELATÓRIO PEDAGÓGICO ENEM, 2011-2012,p.19).

E antecederam o ENEM as seguintes avaliações padronizadas: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) em 1991, o Exame Nacional de Cursos (Provão) em 1996 e em 1998 foi criado o Exame Nacional do Ensino Médio (Kilitzke; Valle 2015). Essas novas formas de processos avaliativos introduziram na educação uma nova perspectiva em relação à valorização da mesma e melhoria na qualidade de ensino. Compondo nossa

observação, citaremos DIAS SOBRINHO (2002) no qual versa sobre essa nova perspectiva, sucintamente resumido:

Os governos de mãos dadas com o mercado exigiam agora maior eficiência na produção das qualidades e dos perfis requeridos nesta nova fase do capitalismo, as famosas competências e habilidades, em substituição dos princípios democráticos e pluralistas dos anos anteriores, que lutavam pelas idéias de igualdade e acesso à educação. A avaliação assumiu basicamente as características de *accountability*: uma forma tecnocrática de valorar e um procedimento burocrático de exigir o cumprimento das obrigações (p. 29).

Por um viés sócio educativo, surge uma avaliação que se tornou um imprescindível instrumento para examinar a educação brasileira. Nesse sentido, “os exames nacionais – que nos interessa particularmente – com a finalidade de revisar a base nacional da educação servem como um diagnóstico para os clientes e para o governo” (Sobrinho, 2002, p. 29).

A proposta do Enem em suas primeiras edições objetivava em verificar o nível de desempenho dos alunos, através do conhecimento da matéria em sua estrutura fixa, ou seja, sua capacidade de resolver problemas matemáticos ou o bom domínio da norma culta da língua por exemplo.

Porém, a cada edição o exame foi sendo aprimorado buscando maiores possibilidades para proporcionar a inserção do aluno no ensino superior. Por este motivo, o MEC buscou desenvolver um modelo de prova multidisciplinar e contextualizada que não priorizasse fórmulas e conceitos, mas sim a capacidade do aluno em interpretar e criar textos e aplicar o que aprendeu na sala de aula na prática do cotidiano. Assim sendo:

O Enem tem, ainda, papel fundamental na implementação da Reforma do Ensino Médio, ao apresentar, nos itens da prova, os conceitos de situação-problema, interdisciplinaridade e contextualização, que são, ainda, mal compreendidos e pouco habituais na comunidade escolar. A prova do Enem, ao entrar na escola, possibilita a discussão entre professores e alunos dessa nova concepção de ensino preconizada pela LDB, pelos Parâmetros Curriculares Nacionais e pela Reforma do Ensino Médio, norteadores da concepção do exame. (BRASIL, 2005, p. 8).

Sendo assim, o exame é pautado em acontecimentos atuais, e, por este motivo, são exigidos a interpretação de gráficos, textos e mapas e conhecimentos diversos da linguagem e além disso, por meio da proposta de redação o exame verifica a capacidade do aluno em organizar as ideias de forma lógica e sua predisposição em argumentar sobre um fato.

Segundo o site *Canal do Ensino* “diferentemente dos vestibulares tradicionais, o Enem busca avaliar se o aluno sabe realmente aplicar o conceito do que aprendeu em sala de aula

pois, há um conhecimento contínuo e não apenas as fórmulas e conteúdos decorados”. Por este motivo, é possível compreender que o MEC tem buscado desenvolver no educando suas capacidades cognitivas a fim de fazer com que o mesmo consiga aplicar seus mais diversos tipos de conhecimentos para solucionar questões.

Em decorrência disso, a ênfase dada ao processo de preparação dos alunos tem como principal objetivo ampliar a compreensão das matérias em sua totalidade, ou seja, a aplicação das mesmas em sua vida pessoal e profissional. Portanto, o Enem não procura medir a capacidade do aluno em decorar fórmulas e conceitos, mas sim verificar sua habilidade em refletir sobre determinado tema.

1.3 Segunda fase – Reforma do Ensino Médio e reestruturação do Enem

A docência é um ato que exige compromisso, responsabilidade e dedicação no processo de ensino-aprendizagem. Assim, compreendemos que as práticas pedagógicas devem ser traçadas objetivando o desenvolvimento das capacidades cognitivas dos discentes, garantindo a aquisição de conhecimentos, comportamentos e valores sociais e culturais.

Logo, podemos reafirmar os deveres do profissional da educação, alicerçados segundo os PCN's (BRASIL, 1998, p. 22): “Ao professor cabe planejar, implementar e dirigir as atividades didáticas, com o objetivo de desencadear, apoiar e orientar o esforço da ação e reflexão do aluno, procurando garantir a aprendizagem efetiva”, uma vez que, compreendendo que as práticas educacionais, quando são realizadas com compromisso, empenho e pesquisa, garantem a qualidade e a eficácia do ensino.

Mediante ao que foi dito, é possível compreender que a escola é o principal meio para se compartilhar conhecimento intelectual. E, tendo vista isto, iremos versar resumidamente sobre a reforma do Ensino médio que, segundo seus precursores, essa mudança virá a acarretar mudanças significativas no processo ensino/aprendizagem.

1.3.1 Reforma do Ensino Médio

Foi no ano de 2017 entrou em vigor a MP (medida provisória) que visou iniciar um processo de mudança das práticas de ensino/aprendizagem do ensino médio no Brasil. Assim, esse novo modelo de escola tem como propósito a ampliação da carga horária anual (implantação de escolas em tempo integral) e a flexibilidade na grade curricular.

Com isso, a nova proposta busca dar ênfase, com essa flexibilidade curricular, ao projeto de vida do educando, dado ao mesmo, autonomia para que ele estude com mais prioridade uma determinada área. Ou seja, seguir uma linha de estudos baseado na carreira profissional de sua escolha. Por assim dizer, o MEC afirma que “Ao propor a flexibilização da grade curricular, o novo modelo permitirá que o estudante escolha a área de conhecimento para aprofundar seus estudos. A nova estrutura terá uma parte que será comum e obrigatória a todas as escolas Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e outra parte flexível.”

Ao versar sobre a MP e a criação da Base Nacional Curricular nos vêm em mente vários questionamentos como, por exemplo: o que seria essa Base Nacional Comum Curricular? Ainda existem matérias que são obrigatórias? E quais são elas? Quais são as matérias flexíveis? Como é distribuída a carga horária da escola em tempo integral? Para responder a esses questionamentos vamos nos apurar teoricamente segundo o site do *Ministério da educação* que assim nos explica:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) É um conjunto de orientações que deverá nortear os currículos das escolas, redes públicas e privadas de ensino, de todo o Brasil. A Base trará os conhecimentos essenciais, as competências e as aprendizagens pretendidas para crianças e jovens em cada etapa da educação básica em todo país. A BNCC definirá as competências e conhecimentos essenciais que deverão ser oferecidos a todos os estudantes na parte comum (1.800 horas), abrangendo as 4 áreas do conhecimento e todos os componentes curriculares do ensino médio definidos na LDB e nas diretrizes curriculares nacionais de educação básica. Por exemplo, a área de ciências humanas compreende história, geografia, sociologia e filosofia. As disciplinas obrigatórias nos 3 anos de ensino médio serão língua portuguesa e matemática. O restante do tempo será dedicado ao aprofundamento acadêmico nas áreas eletivas ou a cursos técnicos, a seguir: I – linguagens e suas tecnologias; II – matemática e suas tecnologias; III – ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais aplicadas; V – formação técnica e profissional.

Dentre essas mudanças ocorreram outras, como: a implementação do ensino profissionalizante, profissionais que dominam uma área de conhecimento, mesmo sem ter licenciatura, poderão lecionar e a língua inglesa foi escolhida como estudo obrigatório.

É importante salientar que essa mudança não foi aceita pela população em geral e que alguns educadores, escritores e pesquisadores questionaram e ainda questionam o governo e seus representantes sobre a MP. Por este motivo, compreendemos que os debates sobre essa mudança são inúmeros, pois uns criticam, outros aprovam e outros concordam parcialmente. Mas, o nosso intuito nesta exposição foi apenas apresentar para os leitores quais as mudanças

e quais foram as argumentações do Ministério da Educação para permitir que esta medida entrasse em vigor.

1.3.2 Enem 2017 (ressignificações)

A edição do Enem que ocorreu em 2017 foi marcada por mudanças significativas, para tanto, foi acatado pelo MEC (Ministério da Educação) e o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) um novo processo que busca promover o melhor rendimento do educando nos exames como, por exemplo: a ampliação das provas em dois domingos consecutivos e a alteração no agrupamento das áreas específicas de conhecimento, ou seja, as provas de Linguagens e Matemática foram em dias distintos e a produção textual foi realizada no primeiro domingo do exame.

Uma mudança que provocou grande repercussão entre os candidatos foi o novo valor da taxa de inscrição, pois em sua última edição foi cobrado o valor de R\$ 68,00 e em 2017 o valor subiu para R\$ 82,00 apresentando um acréscimo de 20,5 % em relação à quantidade cobrada na edição anterior do Exame.

Além dessas, ocorreram outras mudanças como: os cadernos de prova do Exame foram confeccionados com a personalização dos nomes dos participantes. Outra mudança significativa foi a não aceitação da nota do exame como certificado de conclusão do Ensino Médio. Segundo o Inep essa mudança se deu pelo fato da necessidade da redução de gastos com provas, e a partir do mesmo ano, 2017, o certificado foi atribuído através da realização do exame do Encceja (Exame Nacional de Certificação de Jovens e Adultos).

CAPÍTULO II- AS PROPOSTAS REDACIONAIS DO ENEM: UM ESTUDO SOBRE SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOLÓGICAS

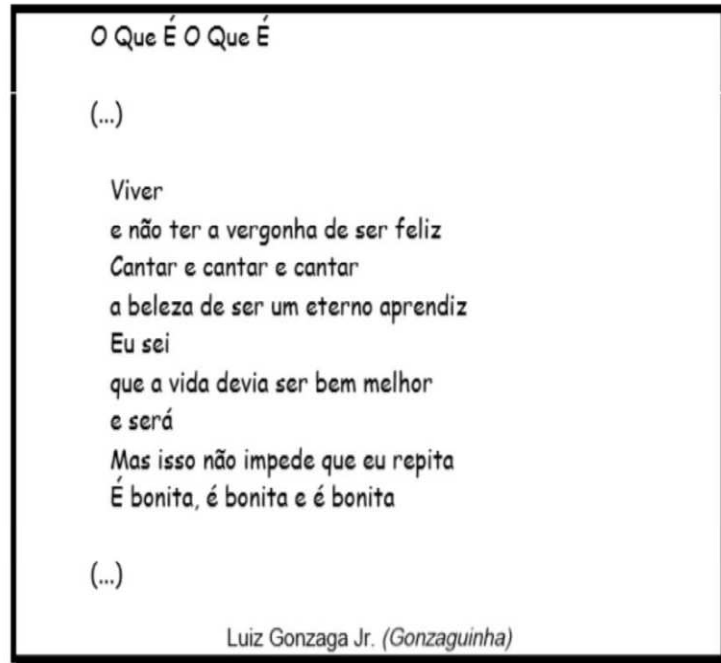
Como proposta de análise, iremos nos debruçar sobre oito temas de redações dos anos de: 1998, 2000, 2002, 2004, 2006, 2009 e 2017. E, assim, fazer considerações sobre as implicações sociológicas que de certa forma, direcionam os temas trabalhados nos exames, como também, buscaremos mostrar fatores que são ou não levados em consideração no processo de confecção das propostas, como por exemplo: as questões culturais, linguísticas e sociais. Por assim dizer, o trabalho exposto não tem a pretensão de desconstruir o modelo de avaliação ou produção textual, mas analisá-lo, a fim de provocar uma reflexão sobre o sistema educacional brasileiro e os vieses que ainda o cercam.

A primeira aplicação de prova do Enem ocorreu na década de 90, mais precisamente no ano de 1998. A referida década foi palco de diversas mudanças do cenário educacional brasileiro e foi nesse ínterim que surgiu a necessidade de se formar um novo modelo de trabalhador, pois o sistema capitalista à época atravessou mudanças complexas com o processo de avanço na restrição de direitos sociais, imposto pela ideologia neoliberal, o que veio a exigir reformulações diretas no sistema educacional, a exemplo da necessidade de formação de um aluno apto a integrar-se ao novo modelo de flexibilização trabalhista proposta pelo mercado.

Conforme Anderson (1995) e Bourdieu (2005), a globalização exigiu um sério reordenamento das políticas sociais no mundo, o que veio a impactar diretamente, também nos países periféricos, a exemplo do Brasil. E tais mudanças foram observadas na reorganização das leis trabalhistas, em certa forma, essas abonizadas pelo MEC nos idos de 1995. Com base nesta perspectiva, o país começa um processo de reconfiguração do modelo de educação, pois os cursos preparatórios e o ingresso em universidades começaram a ser entendidos como um viés para o desenvolvimento socioeconômico do estado dentro da articulação da ideologia neoliberal com a ideia da competitividade se autoprocessando.

Na medida em que o bojo das reformas neoliberais acentuavam-se, as instituições educacionais também começavam a dar seus primeiros passos para um novo modelo de avaliação no sentido de fazer valer o ideário da mercantilização do ensino, ou seja, primazia de uma ação individual e de caráter meritocrática. E, na referida conjuntura, temos em 1998 a realização do primeiro Exame Nacional do Ensino Médio, cuja proposta inicial de redação fora a seguinte: “viver e aprender”, na qual houve, ao nosso entender, um privilégio específico

em termos da exigência da norma culta da língua, embora fosse cabível uma análise sociológica ou filosófica do tema. Assim exposto:



Seguindo com a análise redacional onde o tema é “viver e aprender”, percebemos que ela está relacionada à uma problematização filosófica e necessária ao ser social, ao exigir a necessidade de busca do conhecer-se. Assim, em um contexto social e econômico, a temática convida o estudante a fazer uma reflexão sobre o sentido da vida, ao apresentar uma proposta otimista para o futuro. Fazendo com isso, uma ressalva aos inerentes obstáculos que o ser humano enfrenta ao longo da vida. Porém, os aspectos de ordem mais sociológica e as relativas contradições sociais, inclusive no campo educacional, são de certa forma, também cabíveis neste quadro. No referido contexto da proposta está contido a música de Gonzaguinha “O que é o que é?” nos remete à questão de um aprendizado crítico e avesso a ignorância do não conhecer.

Em relação ao sistema educacional da época (1998), é imprescindível que façamos um comentário sobre as esferas sociais e as oportunidades a elas atribuídas. Pois, as camadas sociais eram, e ainda são divididas pela hierarquia, acarretando assim um sistema de ensino também hierarquizado. Assim, os candidatos oriundos da escola da “ralé brasileira”, termo utilizado por Souza (2009) além de serem os preteridos a marginalidade por serem vítimas de seu contexto social e econômico também estão em condições adversas no processo seletivo,

por falta de interesse, em alguns casos, ou por falta de aparato intelectual que cria uma falha no processo do desenvolvimento cognitivo do educando. Gerando, assim, menor índice de aprovação no referido exame.

A senha de acesso a universidades para as classes oriundas da “ralé brasileira” (Souza 2009), ainda continua muito compacta, mesmo depois da introdução de algumas políticas afirmativas, como por exemplo: a Lei Federal 12. 711 que foi sancionada em 29 de agosto de 2012 cujo sua função é garantir um maior índice de aprovação de candidatos pertencentes a classes menos favorecidas para assim, o ingresso, dos devidos candidatos, em uma universidade seja garantido. A fim de amarrar com mais propriedade o que estamos ressaltando aqui e ressaltar os desníveis da educação a a importância da criação da lei citada, recorreremos a Bourdieu com o intuito de termos um suporte teórico necessário no sentido fazer valer a funcionalidade da hierarquia das oportunidades, tal como “Um jovem da camada superior tem oitenta vezes mais chances de entrar na universidade que um filho de um assalariado agrícola e quarenta vezes mais que um filho de um operário, e suas chances são, ainda, duas vezes superiores aquelas de uma jovens de classe média” (Bourdieu, 2007, p.41).

Compreendemos que Bourdieuretrata perfeitamente a divisão de classes sociais nas quais estamos inseridos. Enfatizando o que compreendemos por divisão de hierarquias. E, tendo em vista que desde o primeiro exame do Enem, o país já passava por um processo de mudanças socioeconômicas e educacionais, tanto a economia quanto o sistema de ensino e aprendizagem ainda se encontravam muito estagnados, provocando assim, mais déficits de aprendizagem e trabalhista e, com isso, os menos desfavorecidos financeiramente, ficam impossibilitados de competir igualmente com os candidatos da classe aristocrática.

Passando agora para o campo da reflexão relativa às questões de linguagens e sua articulação com a proposta da redação, percebemos que as mesmas poderiam estabelecer uma maior correspondência no campo linguístico, semântico e sócio-filosófico. O primeiro exame primara por uma configuração de ordem mais localizada no âmbito da gramática hermética, o que segundo Bourdieu (2007), contempla em excesso os alunos das classes privilegiadas, aqueles cuja origem social se desenha na escola dos dominantes.

Por assim dizer, é necessário entendermos que o professor é uma das peças fundamentais no processo de ensino e aprendizagem, cabendo a ele o papel de compartilhar conhecimentos e tentar adequar o quanto mais o conteúdo trabalhando em sala ao contexto social do aluno para que o mesmo esteja preparado para resolver questões desse porte de

complexidade. Assim, para compreendermos com mais afinco a responsabilidade do docente em sala de aula, cabe a ele:

Considerar a heterogeneidade de textos existentes em nossa sociedade e levar em conta a necessidade de tornar nossos alunos proficientes leitores e produtores de textos. O desafio dos docentes está em criar situações em sala de aula que permitem aos alunos a apropriação desta diversidade. Essa apropriação não pode estar limitada ao que os livros didáticos trazem, nem ao que oferecem como atividades é preciso que sejam promovidas atividades em que os alunos leiam textos nos respectivos suportes em que foram publicados. Além de sua carga sócio cultural, historicamente construída, os gêneros textuais servem como ferramenta essencial na socialização do aluno (SADOYAMA, UEG/ SLMB, 2009, p.13).

Considerando a afirmação acima, entendemos que com a abordagem adequada dos conteúdos os educandos poderão desenvolver suas capacidades cognitivas, sociais e linguísticas. Visto que, esse estudo explora a criatividade do discente, como também a interação das competências orais e escritas, possibilitando o contato com diversas tipologias textuais e o aproveitamento das possibilidades de produção de textos pelos alunos e reflexão dos alunos sobre questões sociais.

Dando prosseguimento ao nosso objeto de pesquisa, a proposta confeccionada para o novo milênio vem provocar uma reflexão a cerca dos problemas sociais que eram enfrentados pelas crianças do nosso país, fazendo assim, uma alusão a falta de recursos para educação, ao trabalho infantil e a imensa desigualdade social.

Levando em consideração o contexto social, é importante ressaltar que nos anos 2000 iniciava-se um novo milênio, uma nova era de expectativas, e o papel da educação ganha uma nova vertente de preocupações e prioridades. Um novo contexto político, social e filosófico começa a ser implantado. E por este motivo, é relevante salientar que o processo educacional, desde o princípio, é direcionado pela lógica social vigente, assim sendo, não é a educação que dita e segue as mudanças sociais, mas são as mudanças sociais que pautam as mudanças e prioridades educacionais.

Em outras palavras, o país começa a despertar para uma temática bastante relevante, a educação. Através de um acarretamento de mudanças sócio-históricas é voltado uma preocupação mais específica para a educação, pois o apoio governamental objetiva a expansão do ensino, desde o fundamental ao superior. Assim, através do controle de qualidade do ensino, os índices nos níveis de escolaridade possibilitam o maior desenvolvimento do Brasil nessa. E assim, nova perspectiva de educação, estado e sociedade o ensino/ aprendizagem e a

economia, baseada em uma política neoliberal, na qual exige reformulações em um determinado contexto social, político e educacional, começam a seguir por um viés no qual o enfoque está direcionado para as questões sociais, ideológicas, culturais e políticas.

No ensino tradicional bancário, a educação primava prioritariamente por uma linguagem totalmente direcionada à gramática normativa e a partir desse novo milênio de inovações tecnológicas a cultura começa a ser dominada pela informática, televisão e internet.

Os meios de aquisição de conhecimento ganham novos espaços, pois além do ambiente escolar, o educando passa a ter acesso a fontes de conhecimento em seu espaço domiciliar. Assim, através da rede de computadores ou por meio de programas televisivos os protagonistas do processo de aprendizagem passaram a ter um campo mais abrangente, no qual garante maior acesso a fontes de pesquisa proporcionando mais conhecimento.

Nessa perspectiva, o sistema educacional traça metas a visou alcançar como, por exemplo: o aperfeiçoamento a educação de jovens e adultos em 50% até 2015 e garantir a melhor qualidade de educação para todos. Assim, essa perspectiva visa seguir um caminho rumo a igualitariedade social e educacional. E neste ínterim do milênio, Gadotti versa sobre essas perspectivas nas quais a população estava apegada para essa nova fase, assim resumido:

Seja qual for a perspectiva que a educação contemporânea tomar, uma *educação voltada para o futuro* será sempre uma educação contestadora, superadora dos limites impostos pelo Estado e pelo mercado, portanto, uma educação muito mais voltada para a *transformação social* do que para a *transmissão cultural*. Por isso, acredita-se que a *pedagogia da práxis*, como uma pedagogia transformadora, em suas várias manifestações, pode oferecer um referencial geral mais seguro do que as pedagogias centradas na transmissão cultural, neste momento de perplexidade (GADOTTI, 2000, p. 07).

Para compreendermos melhor é necessário que entendamos o que busca desenvolver no educando a pedagogia da práxis. Assim, segundo Gadotti: “A pedagogia da práxis pretender ser uma pedagogia para a educação transformadora. Ela ratifica numa antropologia que considera o homem um ser criador, sujeito da história, que se transforma na medida em que se transforma o mundo” (GADOTTI, 1941, p. 28).

A busca pelo desenvolvimento individual dos alunos foi um das características que se destacou nesse novo milênio, onde ação e reflexão começam a serem explorados no âmbito escolar. Desenvolvendo um estudo mais dirigido aos problemas sociais, a educação começa a primar pela percepção de mundo do aluno.

A busca por uma educação mais humanizada e a preocupação por condições básicas de sobrevivência do ser humano reflete na temática trabalhada na edição do Enem dos anos 2000. Pois, a proposta enfatizou o combate a criminalidade e o abandono e o trabalho infantil. E enfatizou a importância do direito a saúde, cultura, alimentação, estudo e dignidade social.

Nesse mesmo ano de aplicação da proposta de redação, foi comemorado os 10 (dez) anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Esse estatuto visa resguardar a criança e o adolescente de toda e qualquer forma de vivência que os distancie da norma adequada de sobrevivência, norma esta que prima pela saúde básica, alimentação e educação.

Para melhor entendimento sobre as vertentes que tangem o (ECA) apresentaremos, uma resumida parte, da Lei Nº 8.069, que prima pelos direitos da criança e do adolescente, e que entrou em vigor em 13 de julho de 1990. Logo, segundo o sítio *planalto.gov.br* :

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Compreendemos que segundo a referida Lei, toda e qualquer criança ou adolescente detêm o direito de dignidade social. Assim, ressaltamos que é necessário que o candidato ao exame, tenha um conhecimento prévio desta, pois mesmo que as desigualdades ainda estejam presentes e escancaradas em nosso âmbito social, essas crianças são resguardadas pelas Leis vigentes do país. Como também, nos certificar que além do estado, da escola e seus agregados é dever primordial da família garantir um bem-estar das crianças e adolescentes. Assim, sob essa perspectiva, a família poderá assegurar-lhes a efetivação de uma qualidade de vida e dignidade enquanto cidadãos de bem, assim resumido:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

Em conformidade com a própria nomenclatura, o (ECA) é um estatuto que zela pelo universo da criança do adolescente, vinculado à Lei Nº 8.069, buscam oferecer melhor condição social para a juventude do nosso país. E assim, consoante a própria Lei é obrigação

da família, escola, comunidade e sociedade assegurar a efetivação dos direitos da criança e do adolescente. Tratando com absoluta prioridade os direitos que concernem à educação, alimentação, cultura e saúde.

Seguindo o viés sociológico, é necessário que compreendamos as diferentes oportunidades e deveres daqueles que tiveram um planejamento de vida pautado em educação e bem-estar social, e para isso, com o propósito de contextualizarmos as considerações feitas até aqui, Souza (2009) faz um relevante comentário em seu livro *A ralé brasileira*, no capítulo 12, assim exposto:

Apenas os sujeitos que tiveram uma socialização capaz de desenvolver neles uma identificação afetiva com o conhecimento, concentração para os estudos, disciplina, autocontrole e capacidade de pautar suas ações no presente a partir de um planejamento racional do futuro são capazes de incorporar conhecimento para se inserir no mundo do trabalho qualificado e ser úteis e produtivos à sociedade (SOUZA, 2009,p. 288).

Tento em vista que vivemos em uma sociedade dividida por hierarquias e que mesmo existindo políticas públicas e leis que apóiam os jovens que não dispuseram de um alicerce sócio cultural, ainda existe uma grande divisão social. E por assim dizer, Souza (2009) também versa sobre as diferentes oportunidades e as dificuldades enfrentadas pelo indivíduo pertencente à classe baixa, que não dispõe de uma mesma base intelectual, cultural e financeira do sujeito à cima citado, assim sintetizado:

Os indivíduos que não se enquadram nesses princípios são desvalorizados perante os olhos da sociedade, marginalizados e condenados e uma posição de cidadão de segunda classe, “ralé”, inúteis aos objetivos da sociedade. Assim, sem uma identificação afetiva com o mundo escolar que gere ao menos uma noção de dever e responsabilidade moral para com os estudos, sem disciplina, sem concentração e autocontrole suficientes para vencer as tentações dos prazeres imediatos em nome de uma recompensa futura é muito compreensível que essas crianças prefiram se entregar aos prazeres imediatos que as brincadeiras de rua oferecem (SOUZA, 2009,p. 288,289).

Com base nisso, é necessário que percebamos o quanto a proposta redacional do Enem edição 2000 nos aproxima da realidade em que vivemos. Assim, Levando em consideração a conjuntura social, ao confeccionar a proposta, os autores buscaram provocar uma reflexão a cerca da condição social que grande parte da juventude.

A proposta traz uma ilustração a fim de retratar com clareza e criticar o modo de viver de boa parte da juventude que faz parte da “ralé” brasileira. Em seguida, três textos bases amarram a ideia presente na imagem, assim exposto:



(Angeli, Folha de S. Paulo, 14.05.2000)

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à saúde, à alimentação, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão”. (Artigo 227, Constituição da República Federativa do Brasil.)

(...)Esquina da Avenida Desembargador Santos Neves com Rua José Teixeira, na Praia do Canto, área nobre de Vitória. A.J., 13 anos, morador de Cariacica, tenta ganhar algum trocado vendendo balas para os motoristas. (...)“Venho para a rua desde os 12 anos. Não gosto de trabalhar aqui, mas não tem outro jeito. Quero ser mecânico”. *A Gazeta*, Vitória (ES), 9 de junho de 2000.

Entender a infância marginal significa entender porque um menino vai para a rua e não à escola. Essa é, em essência, a diferença entre o garoto que está dentro do carro, de vidros fechados, e aquele que se aproxima do carro para vender chiclete ou pedir esmola. E essa é a diferença entre um país desenvolvido e um país de Terceiro Mundo.

Gilberto Dimenstein. *O cidadão de papel*. São Paulo, Ática, 2000. 19a.edição.

Em consonância com a charge e os textos apresentados, a banca trás o seguinte tema: "Direitos da criança e do adolescente. Como enfrentar esse desafio nacional?". A presente proposta pretende despertar no candidato uma maior percepção de que a LEI N° 8.069 está em grade parte dos casos apenas no papel, ou seja, em teoria nossa juventude é protegida e

alicerçada com todos os direitos de um cidadão e na prática, essa Lei é infligida por parte da família e sociedade. Assim, a banca utiliza a charge e os depoimentos para revelar a condição desumana que vive muitas crianças e adolescentes do nosso país.

Com base nas informações extraídas dos textos bases que a proposta redacional traz, é possível percebermos a representação das mazelas que ainda cercam o país, e nos faz levantar uma possível hipótese: na maioria das vezes, é devido à falta de cuidados domésticos, orientação educacional e cultural por parte da família, que a criança perpetua-se às margens da criminalidade, do trabalho infantil e do abandono escolar. E, nesse sentido, é criada uma série de problemas que englobam família, planejamento escolar e o convívio perante a sociedade cercam o educando.

Por este motivo, se faz necessário “uma avaliação precisa das vantagens e das desvantagens transmitidas pelo meio familiar deveria levar em conta não somente o nível cultural do pai ou da mãe, mas também o dos ascendentes de um outro ramo da família” (BOURDIEU, 2007, p. 42). O autor vem ressaltar a necessidade de uma avaliação contínua familiar para analisar como o desinteresse dos pais ou ascendentes pelos assuntos escolares prejudicam a juventude, sendo este um dos fatores que interrompem o processo de ensino\aprendizagem.

O nível e os conteúdos presentes nas propostas redacionais, é perceptível que as produções textuais confeccionadas pelo Enem buscam trabalhar com temas de aspecto social, permitindo a intervenção crítica do aluno. Pois, essas temáticas mostram a realidade brasileira, que muitas das vezes está maquiada.

A partir de uma análise gramatical, a banca lança um tema concreto, facilitando a construção textual, os confeccionadores propõem que o candidato redija um texto dissertativo-argumentativo refletindo criticamente acerca do tema. Assim, a indagação presente no tema “como enfrentar esse desafio nacional”, nos remete a possibilidade de que a banca avaliadora cobra, de maneira intrínseca, uma intervenção social para uma possível solução desde problema que abrange o país.

E neste trajeto reflexivo, compreendemos que além da proposta redacional trabalhar essa reflexão, ela reafirma os direitos alicerçados pela Constituição que zelam pela juventude brasileira. Mostrando ao candidato que ele deve ser detentor de opiniões sobre problemas polêmicos que enfrentam o povo brasileiro.

Por um viés de cunho político, a proposta redacional do Enem do ano 2002, vem convidar ao aluno a fazer uma reflexão crítica acerca do resgate valor do voto. Assim, para o

tema redacional a banca traz “O direito de Votar: como fazer dessa conquista um meio para promover as transformações sociais de que o Brasil necessita”:



Para que existam hoje os direitos políticos, o direito de votar e ser votado, de escolher seus governantes e representantes, a sociedade lutou muito.

www.iarabernardi.gov.br. 01/03/02.

Comício pelas Diretas Já, em São Paulo, 1984.

A política foi inventada pelos humanos como o modo pelo qual pudessem expressar suas diferenças e conflitos sem transformá-los em guerra total, em uso da força e extermínio recíproco. (...)

A política foi inventada como o modo pelo qual a sociedade, internamente dividida, discute, delibera e decide em comum para aprovar ou reiterar ações que dizem respeito a todos os seus membros.

(Marilena Chauí. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1994).

A democracia é subversiva. É subversiva no sentido mais radical da palavra. Em relação à perspectiva política, a razão da preferência pela democracia reside no fato de ser ela o principal remédio contra o abuso do poder. Uma das formas (não a única) é o controle pelo voto popular que o método democrático permite pôr em prática. *Vox populi vox dei*.

(Norberto Bobbio. *Qual socialismo? Discussão de uma alternativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Texto adaptado).

Se você tem mais de 18 anos, vai ter de votar nas próximas eleições. Se você tem 16 ou 17 anos, pode votar ou não. O mundo exige dos jovens que se arrisquem. Que alucinem. Que se metam onde não são chamados. Que sejam encrenqueiros e barulhentos. Que, enfim, exijam o impossível. Resta construir o mundo do amanhã. Parte desse trabalho é votar. Não só cumprir uma obrigação. Tem de votar com hormônios, com ambição, com sangue fervendo nas veias. Para impor aos vitoriosos suas exigências antes e principalmente depois das eleições.

(André Forastieri. *Muito além do voto*. Época. 6 de maio de 2002. Texto adaptado).

É notório que para o educando ter capacidade de responder a essa indagação, ele terá de deter alguns conhecimentos para conseguir desenvolver seu texto com prioridade, tais

como: Política brasileira, frisando a importância das Diretas Já. Como também, História, Sociologia e outros termos das ciências sociais. Baseado nesses pontos, o candidato terá capacidade de compreender a proposta e desenvolver sua tese.

A proposta redacional conta com 04 (quatro) textos bases que buscam retratar os fatos históricos que foram imprescindíveis para as mudanças políticas brasileira. Cobrando um texto dissertativo- argumentativo a banca busca aferir os conhecimentos lingüísticos, textuais e históricos dos candidatos.

É viável que façamos um breve comentário sobre o contexto histórico utilizado pela banca como base para formular a proposta. Assim sendo, no cenário político da época, ocorreram fatos inéditos, pois naquele mesmo ano (2002) fora eleito o candidato por nome de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). O grande acontecimento foi devido ao recorde de votação que o citado candidato obteve, sendo eleito com 50.000.000 (cinquenta milhões) de votos. Logo, o Enem recorreu a esse fato polêmico, para verificar se os jovens brasileiros estavam conscientes das suas escolhas políticas, e se não, qual caminho deveria ser tomado para promover as mudanças necessárias para a melhoria da atual (2002) conjuntura política brasileira.

Historicamente, o povo brasileiro enfrentou grandes obstáculos para conseguir que o sistema político democrático fosse implantado no território brasileiro, um bom exemplo disto foi o movimento das Diretas Já, que teve início nos anos de 1983, e teve o apoio de boa parte da população, mais especificamente, pessoas que tiveram ou sofreram alguma trauma com a Ditadura Civil Militar (1964- 1985).

Esses movimentos de oposição a repressão Militar, passaram a protestar contra a Militância e seus associados e defender o direito do voto. A grande conquista da época seria a liberdade de escolher, através de votação direta, qual candidato seria eleito para presidente da República. Assim, com o apoio de adeptos, aos ideais liberais, foi formado um congresso que teve apoio de alguns parlamentares do governo militar, como também alguns partidos políticos, como: PMDB e PT.

Devido ao apoio de alguns partidos e parlamentos e a persistência dos revolucionários, o movimento foi ganhando espaço e cada vez mais levantando mais seguidores. E assim, graças ao sofrimento e a persistência de uma nação unida por uma causa justa, vivemos atualmente em uma democracia, na qual o eleitor detém o direito de escolher o governante do seu país, estado e cidade.

Com o objetivo de amarrar tais considerações e provocar uma reflexão, nos recorreremos de Souza (2009), que em seu estudo sobre *A construção da identidade Nacional brasileira*, versa sobre a importância de uma necessária conscientização do povo brasileiro em começar a agir como sujeitos construtores de mudanças sociais. Assim resumido: “A finalidade aqui é criar um terreno de sentimentos e identidades emocionais comuns que permita que todos, dos mais amplos setores e dos diversos grupos sociais com interesses divergentes ou conflitantes, se vejam como construtores e participantes do mesmo projeto nacional” (SOUZA, 2009, p. 34).

Com base nessa perspectiva, compreendemos o quanto é necessário a busca por interesses inerentes ao bem estar da população e que através deste, uma imprescindível mudança pode ocorrer. Assim sendo, compreendemos que é com a conscientização do voto aliado a boa educação que problemas ligados à educação, saúde, cultura e moradia podem ser amenizadas.

Entretanto, vale ressaltar que o sistema educacional brasileiro encontra-se defasado e os alunos não são preparados igualmente para promover essas mudanças. Pois, o ensino público é alicerçado pelos governantes e os mesmos precisam de seguidores alienados para promoverem a continuidade dos seus cargos políticos. Logo, ainda recorrendo a Souza:

Todos nós sabemos que a maior parte das escolas públicas brasileiras enfrenta graves problemas que afetam drasticamente seu funcionamento, comprometendo seriamente sua função de promover a cidadania por meio da educação (SOUZA 2009, p. 281).

Assim, compreendemos que é por meio do acesso a educação de qualidade que um eleitor, que também é aluno poderá analisar e pensar criticamente sobre as propostas apresentadas por cada candidato aos cargos políticos. Porém, e ainda nos baseando nas palavras citadas de Souza (2009) percebemos que não existe uma universalização de ensino, ou seja, há desníveis na educação. Uns com mais oportunidades de adquirir conhecimentos e outros com poucas e as vezes nenhuma.

O Exame Nacional do Ensino Médio busca mostrar que todos os alunos de diferentes esferas sociais estão em um único nível de conhecimento, isto é, a universalização nos níveis de aprendizado. E por este motivo, grande parte dos candidatos ao exame é prejudicada. E assim, fica a seguinte indagação: como seria possível tornar igualitário o processo de ensino/aprendizagem?

E para tentar responder a essa pergunta, recorreremos a Bourdieu (2007) que em seu estudo sobre *Escritos de Educação* versa sobre uma possível forma de amenizar a desigualdade educacional, que segundo o Sociólogo, deve ser seguida pelos profissionais da educação, sinteticamente exposto:

Com efeito, para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. Em outras palavras, tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar a sua sanção às desigualdades iniciais da cultura. (BOURDIEU. 2007, p. 53).

É possível compreender que vivemos em uma hierarquia na qual é dividida por classes sociais e por este motivo há uma série de problemas, como já foi citado que a classe baixa enfrenta. No que diz respeito à educação, segundo Bourdieu (2009) podemos levantar uma possível compreensão: é dever tanto da comunidade escolar, da família e seus agregados, como também dos governantes promoverem uma educação de qualidade, preparando o aluno para seus desafios escolares e acadêmicos igualmente.

A proposta redacional da edição do ano de 2004 nos convida a fazer uma discussão sobre o campo da informação e tecnologia, pois é notório que estamos vivendo em uma era totalmente ligada aos meios de comunicação advindos das inovações tecnológicas e a super valorização da mídia.

Na edição do Enem 2004, a banca examinadora traz novamente questões voltadas para a sociedade e a repercussão que delas é decorrida. Contudo, nesta proposta a banca faz uma cobrança inédita, desta vez ela propõe que o candidato redija uma dissertação em prosa. Ou seja, o educando terá como propósito informar ao leitor sobre um tema, neste caso o tema cobrado pela banca. Assim, através de pesquisas e opiniões advindas de terceiros (pesquisadores, noticiários, estudiosos, livros) o candidato irá refletir sobre tais informações para assim, formar um eixo temático apresentado como formulou seu ponto de vista.

Tendo em vista que 2004 ocorreram várias conquistas e polêmicas no território brasileiro, à mídia esteve presente como principal veículo de transmissão. Assim, para contextualizarmos, achamos pertinente apresentar um breve resumo de alguns dos principais fatos polêmicos que envolveram diversas áreas, mais precisamente a política e a economia, assim resumidas:

Em 2004, esperança de vida do brasileiro atingiu 71,7 anos (IBGE, 2004).

A economia cresceu de maneira vigorosa em 2004. De janeiro a setembro, o PIB (Produto Interno Bruto, a soma de todas as riquezas produzidas pelo país no ano) cresceu 5,3% em relação aos nove primeiros meses de 2003. Só no terceiro trimestre deste ano a expansão foi de 6,1%, o melhor resultado desde 1996 (FLORES, 2004).

O governo federal preparava-se para um ano em que, passada a desconfiança inicial, gozaria de relativa calma política e institucional. Não foi o que aconteceu. Uma reportagem de ÉPOCA em fevereiro revelou que Waldomiro Diniz (à esq.), assessor direto do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu (à dir.), pediu propina e contribuições de campanha a um empresário de jogos do Rio de Janeiro conhecido como Carlinhos Cachoeira. Estava deflagrada a primeira grande crise do governo Luiz Inácio Lula da Silva (ÉPOCA, 2004).

Mais de 100 milhões de brasileiros foram às urnas em 2004 para escolher os prefeitos dos 5.561 municípios brasileiros (ÉPOCA, 2004).

Considerando que nosso objeto de pesquisa é verificar as vertentes sociológicas presentes nas propostas dos temas redacionais, utilizamos essas resumidas reportagens com o intuito de comprovarmos como a repercussão de fatos ocorridos na sociedade influenciam na confecção das propostas.

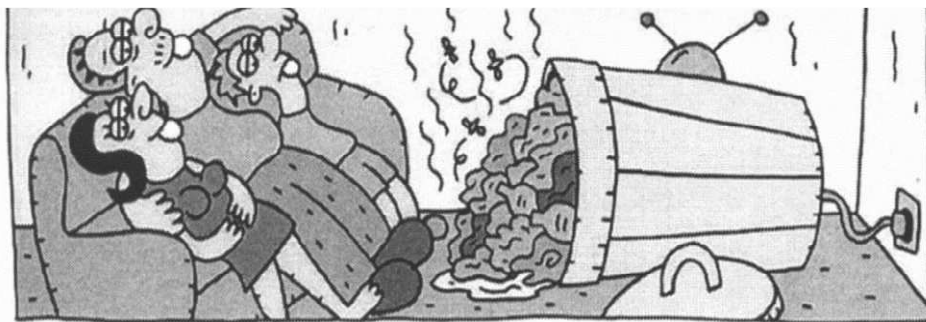
Por assim dizer, compreendemos que a mídia, como todo comércio, é motivada a agir segundo os interesses inerentes de seus superiores, pois na tentativa de transmitir informações, a mídia manipula os telespectadores para que estes deem apoio ou incriminem o responsável ou os responsáveis pelo fato ocorrido de forma positiva ou negativa. Os programas midiáticos, em geral, tendem adotar estratégias que acarretam a perda da sua própria identidade, para se assemelharem um padrão comercial dominante, agindo conforme a exigência do “cliente”. E, de acordo com Brandão:

[...] o que hoje cada vez mais se verifica é que, face à crescente competitividade na busca de maiores audiências, a ‘audiência como público’ está a se transformar também na ‘audiência de mercado’, isto é, as televisões públicas estão a adquirir a relação comercial das televisões privadas, em que passam a visar o espectador mais como consumidor e menos como cidadão, na procura constante da maximização das suas audiências (BRANDÃO, 2002, p. 63).

Segundo Brandão (2002), o telespectador não é mais visto como cidadão receptor de informações, mas sim, um consumidor que compra suas informações. Ou em muitos casos, quando se trata da classe baixa, assim como retratou os textos bases da proposta redacional, como protagonistas da sua própria desgraça.

Por este motivo, entendemos que a banca buscou alertar o candidato sobre as diversas informações que a mídia transmite, pois em muitas das vezes ela age de forma tendenciosa, visando interesses particulares. Assim, o educando para produzir seu texto, precisa ter um suporte teórico e sobre ele, pensar criticamente, para que assim, redija seu texto com prioridade.

Como suporte teórico, para direcionar o educando, a banca traz 05 (cinco) textos bases, um não verbal e quatro verbais, incluindo dois incisos do Artigo 5º da Constituição Federal, que tem como finalidade alertar o candidato sobre os direitos e deveres dos profissionais da imprensa. Assim sintaticamente resumido:



Texto I

Os programas sensacionalistas do rádio e os programas policiais de final da tarde em televisão saciam curiosidades perversas e até mórbidas tirando sua matéria-prima do drama de cidadãos humildes que aparecem nas delegacias como suspeitos de pequenos crimes. Ali, são entrevistados por intimidação. As câmeras invadem barracos e cortiços, e gravam sem pedir licença a estupefação de famílias de baixíssima renda que não sabem direito o que se passa: um parente é suspeito de estupro, ou o vizinho acaba de ser preso por tráfico, ou o primo morreu no massacre de fim de semana no bar da esquina. A polícia chega atirando; a mídia chega filmando. (Eugênio Bucci. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000).

Texto II

Quem fiscaliza [a imprensa]? Trata-se de tema complexo porque remete para a questão da responsabilidade não só das empresas de comunicação como também dos jornalistas. Alguns países, como a Suécia e a Grã-Bretanha, vêm há anos tentando resolver o problema da responsabilidade do jornalismo por meio de mecanismos que incentivam a auto-regulação da mídia. (<<http://www.eticanatv.org.br>>. Acesso em 30/05/2004).

Texto III

*No Brasil, entre outras organizações, existe o **Observatório da Imprensa** – entidade civil, não-governamental e não-partidária –, que pretende acompanhar o desempenho da mídia brasileira. Em sua página eletrônica,*

lê-se: Os meios de comunicação de massa são majoritariamente produzidos por empresas privadas cujas decisões atendem legitimamente aos desígnios de seus acionistas ou representantes. Mas o produto jornalístico é, inquestionavelmente, um serviço público, com garantias e privilégios específicos previstos na Constituição Federal, o que pressupõe contrapartidas em deveres e responsabilidades sociais.

(<<http://www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br>> (adaptado) Acesso em 30/05/04).

Texto IV

Incisos do Artigo 5º da Constituição Federal de 1988:

IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

As abordagens dos textos bases são relativamente uma crítica sobre como os veículos de comunicação (jornais, revistas, telejornais) tratam alguns temas recorrentes da classe baixa. Para a banca, esses noticiários tratam os fatos muitas vezes de forma sensacionalista. Repassando para a população o que eles julgam correto.

Compreendemos que, segundo os textos bases, sendo o primeiro uma charge do criador Caco Galhardo (2001) o autor busca demonstrar a vivência da típica família brasileira na qual a televisão, sendo uma forma de alienar a população. Com o uso do texto não verbal, ele faz uma alusão para os conteúdos exibidos na Tv, deixando explícito que o objetivo da mídia televisiva é transmitir “lixo” para os telespectadores.

Os demais textos versam sobre a forma como a mídia invade a privacidade alheia e a forma sensacionalista que esses profissionais exploram as situações que a população, na maioria das vezes, classe baixa, é submetida a vivenciar. Abordando também a fiscalização necessária para com a imprensa.

É importante salientar que existem abusos por parte da mídia e como já foi dito, as mesmas são manipuladas por interesses particulares ou de terceiros para conseguirem mais audiência e seguidores de suas ideias. Sendo assim, é importante que a escola trabalhe buscando aperfeiçoar o senso crítico do aluno para que assim nossa educação forme sujeitos pensantes, acarretando telespectadores racionais.

Sob um viés de cunho educacional, baseado na preocupação com o processo de leitura dos alunos, a banca examinadora da edição do Enem do ano 2006 traz para proposta redacional o seguinte tema: “O poder de transformação da leitura”. Na qual, os textos bases

propostos pela banca são motivadores a fim de conscientizar o aluno sobre o quanto a leitura pode transformar a vida das pessoas, assim exposto:

PROPOSTA DE REDAÇÃO

Uma vez que nos tornamos leitores da palavra, invariavelmente estaremos lendo o mundo sob a influência dela, tenhamos consciência disso ou não. A partir de então, mundo e palavra permearão constantemente nossa leitura e inevitáveis serão as correlações, de modo intertextual, simbiótico, entre realidade e ficção.

Lemos porque a necessidade de desvendar caracteres, letras, números faz com que passemos a olhar, a questionar, a buscar decifrar o desconhecido. Antes mesmo de ler a palavra, já lemos o universo que nos permeia: um cartaz, uma imagem, um som, um olhar, um gesto.

São muitas as razões para a leitura. Cada leitor tem a sua maneira de perceber e de atribuir significado ao que lê.

Inajá Martins de Almeida. **O ato de ler.**
Internet: <www.amigosdolivro.com.br> (com adaptações).



Minha mãe muito cedo me introduziu aos livros. Embora nos faltassem móveis e roupas, livros não poderiam faltar. E estava absolutamente certa. Entrei na universidade e tornei-me escritor. Posso garantir: todo escritor é, antes de tudo, um leitor.

Moacyr Scliar. **O poder das letras.** In: **TAM Magazine**,
jul./2006, p. 70 (com adaptações).

Existem inúmeros universos coexistindo com o nosso, neste exato instante, e todos bem perto de nós. Eles são bidimensionais e, em geral, neles imperam o branco e o negro.

Estes universos bidimensionais que nos rodeiam guardam surpresas incríveis e inimagináveis! Viajamos instantaneamente aos mais remotos pontos da Terra ou do Universo; ficamos sabendo os segredos mais ocultos de vidas humanas e da natureza; atravessamos eras num piscar de olhos; conhecemos civilizações desaparecidas e outras que nunca foram vistas por olhos humanos.

Estou falando dos universos a que chamamos de livros. Por uns poucos reais podemos nos transportar a esses universos e sair deles muito mais ricos do que quando entramos.

Internet: <www.amigosdolivro.com.br> (com adaptações).

Considerando que os textos acima têm caráter apenas motivador, redija um texto dissertativo a respeito do seguinte tema:

O PODER DE TRANSFORMAÇÃO DA LEITURA.

É importante salientar que a escola enquanto instituição de ensino é responsável pelo desenvolvimento intelectual e crítico do aluno, e sua função é trabalhar sempre de forma voltada para as necessidades vigentes do alunado. Porém, existem em nosso ambiente escolar, lacunas a serem preenchidas, mas quais lacunas seriam essas? Ora, podemos aqui citar: déficit de aprendizagem, baixo índice de leitura, má formação tanto de professores quanto de alunos, entre tantos outros problemas que nos deparamos dia após dia.

Por este motivo, a proposta redacional do ano de 2006 requer que o educando desenvolva um texto dissertativo ressaltando a importância da leitura e o desenvolvimento social e intelectual que ela proporciona aos seus adeptos. Pois, sabe-se que a educação brasileira tem suas complexidades, acarretando os déficits citados acima, e que os mesmos só podem ser sanados a partir do momento em que houver uma maior preocupação e valorização da população.

No processo ensino/ aprendizagem a participação de todo o corpo docente, como também dos pais e comunidade é imprescindível para validar esse processo. Porém, vale ressaltar que cabe ao professor ser mediador e facilitador para o preenchimento dessas lacunas cognitivas. Pois, ao preparar uma aula voltada às necessidades e incentivando a prática de leitura sua função como educador estará exercida.

Por assim dizer, podemos considerar que a docência é um ato que exige compromisso, responsabilidade e dedicação, mesmo com as grandes dificuldades que os professores encontram no ambiente escolar, como: má remuneração, falta de verbas para projetos educacionais, falta de estrutura escolar, dentro outros problemas que a comunidade educativa da rede pública está a mercê diariamente.

No entanto, compreendemos que as práticas pedagógicas devem ser traçadas objetivando o desenvolvimento das capacidades cognitivas dos discentes, trabalhando com material disponível e ampliando as fontes de pesquisa o docente pode garantir a aquisição de conhecimentos, comportamentos e valores sociais e culturais dos discentes.

É neste sentido que o docente fornecerá elementos para que o aluno obtenha uma leitura produtiva e consiga extrair da leitura significações e sentidos. Para amarrar o que foi dito, usaremos como exemplo um dos textos bases da proposta para que a partir dele possamos continuar versando sobre a importância da leitura e a escola como sua principal mediadora. Assim resumido:

Uma vez que nos tornamos leitores da palavra, invariavelmente estaremos lendo o mundo sob a influência dela, tenhamos consciência disso ou não. A partir de então, mundo e palavra permearão constantemente nossa leitura e inevitáveis serão as correlações, de modo intertextual, simbiótico, entre realidade e ficção. Lemos porque a necessidade de desvendar caracteres, letrados, números faz com que passemos a olhar, a questionar, a buscar decifrar o desconhecido. Antes mesmo de ler a palavra, já lemos o universo que nos permeia: um cartaz, uma imagem, um som, um olhar, um gesto. São muitas as razões para a leitura. Cada leitor tem a sua maneira de perceber e de atribuir significado ao que lê.

Inajá Martins de Almeida. O ato de ler.

Internet: <www.amigosdolivro.com.br> (com adaptações).

(ENEM 2006).

Através desta reflexão, proporcionada pelo texto, compreendemos que é necessária uma conscientização para o aperfeiçoamento das práticas de ensino voltadas ao incentivo a leitura, pois a visão de escola tradicionalista ainda está muito presa ao sistema educacional e o Enem, ao longo das edições, vem tentando sanar essa ideia de leitura engessada e decodificada. Para então começar a ser explorada a leitura de mundo e a percepção que os alunos fazem dela.

Logo, em conformidade com as práticas pedagógicas de Língua Portuguesa os PCN's (Brasil, 1998, p.31) afirmam que “a tarefa de formar leitores e usuários competentes da escrita não se restringe, portanto, somente ao ensino de língua portuguesa, já que todo professor depende da linguagem para desenvolver aspectos conceituais de sua disciplina”, em outras palavras, a tarefa de ensinar a interpretar textos e a criar textos foi restringida ao professor de língua portuguesa, mas como será que um aluno conseguirá interpretar um problema de cálculo sem conhecimentos prévios de interpretação de texto? Essa é uma tarefa que é de competência de todos os professores, criarem procedimentos e possibilidades para ajudar o desempenho do alunado. Assim, algumas lacunas na educação poderiam ser preenchidas. Nessa perspectiva os PCN's sugerem:

A aula deve ser o espaço privilegiado de desenvolvimento da capacidade intelectual e lingüística dos alunos, oferecendo-lhes condições de desenvolvimento de sua competência discursiva. Isso significa aprender a manipular os textos escritos variados e adequar o registro oral às situações interlocutivas (BRASIL, 1998, p.30).

Sob uma perspectiva sócio interacionista, podemos considerar que o ensino de língua se dá a partir da assimilação e produção dos textos que circulam em nossa sociedade. Assim, em um contexto de interação comunicativa convergem de maneira inseparável fatores

linguísticos, culturais e sociais. E os devidos participantes desta interação precisam ter domínio, além da sua língua materna o domínio também da norma culta padrão, e compreende-las, ou seja, conseguir adequar sua fala ao contexto comunicativo que esteja inserido, seja ela oral ou escrita. E como proporcionar aos discentes a aquisição dessas práticas? Partindo do ponto de vista dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa, a definição para essa solução seria através da leitura, pois:

A leitura é o processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de compreensão e interpretação do texto, a partir de seus objetivos, de seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo que se sabe sobre a linguagem etc. Não se trata de extrair informações, decodificando letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica estratégias de seleção, antecipação, inferências e verificação, sem os quais não é possível proficiência (BRASIL, 2001, p.69).

Sob essa percepção, é importante compreender que a leitura de um texto verbal ou não verbal cobra mais do que uma simples decodificação linguística visual, mas sim, a presença de uma percepção crítica e social ligada ao desenvolvimento das práticas cognitivas do educando. Com base nestas perspectivas, consideramos que a partir do momento em que o educando compreende o valor da leitura, aliado a uma boa didática do docente o devido candidato terá como desenvolver um texto com prioridade. Pois, a leitura está presente na vivência das pessoas, não só dentro do ambiente escolar, mas também no contexto social e profissional, já que estamos expostos a diversas situações que exige leitura e interpretações das mesmas.

Vamos nos deter a próxima análise e fazer breves considerações sobre a mesma. Assim, na edição do Enem do ano de 2009 foi tratado o seguinte tema: “O indivíduo frente à ética nacional” e como requisito para produção textual, a banca exigiu um texto dissertativo-argumentativo, dando ênfase à utilização da norma culta da língua portuguesa. E por fim, o educando deveria apresentar uma proposta de ação social para efetivar o respeito para com o cidadão assim como seus o direitos. Assim exposto:



Millôr Fernandes

Disponível em <http://www2.uol.com.br/millor>. Acesso em: 14 jul.2009.

Andamos demais acomodados, todo mundo reclamando em voz baixa como se fosse errado indignar-se.

Sem ufanismo, porque dele estou cansada, sem dizer que este é um país rico, de gente boa e cordata, com natureza (a que sobrou) belíssima e generosa, sem fantasiar nem botar óculos cor-de-rosa, que o momento não permite, eu me pergunto o que anda acontecendo com a gente.

Tenho medo disso que nos tornamos ou em que estamos nos transformando, achando bonita a ignorância eloqüente, engraçado o cinismo bem-vestido, interessante o banditismo arrojado, normal o abismo em cuja beira nos equilibramos — não malabaristas, mas palhaços.

(LUFT, L. Ponto de vista. Veja. Ed. 1988, 27 dez. 2006 (adaptado)).

Qual é o efeito em nós do “eles são todos corruptos”?

As denúncias que assolam nosso cotidiano podem dar lugar a uma vontade de transformar o mundo só se nossa indignação não afetar o mundo inteiro. “Eles são TODOS corruptos” é um pensamento que serve apenas para “confirmar” a “integridade” de quem se indigna.

O lugar-comum sobre a corrupção generalizada não é uma armadilha para os corruptos: eles continuam iguais e livres, enquanto, fechados em casa, festejamos nossa esplendorosa retidão.

O dito lugar-comum é uma armadilha que amarra e imobiliza os mesmos que denunciam a imperfeição do mundo inteiro.

(CALLIGARIS, C. A armadilha da corrupção. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br> (adaptado)).

É importante salientar a conjuntura na qual encontrava a sociedade brasileira da época, assim como na atualidade, nos âmbitos políticos, econômicos, culturais, educacionais e éticos, continuam prejudicados ou com déficits. Como já foi constatado alguns desses problemas nas análises anteriores.

Assim, tendo em vista que nosso país enfrenta dificuldades e os principais prejudicados são os menos favorecidos, o que fazemos para mudar essa situação? Nós, enquanto sujeitos protagonistas de nossas ações agimos diariamente em função do ciclo

vicioso da corrupção. Ou seja, cotidianamente reclamamos contra nossos líderes políticos e os adjetivamos como corruptos, mas serão apenas os políticos os únicos corruptos?

Sabemos que na política há diversos tipos de corrupção entre pessoas negociáveis, mas também essa corrupção está presente em nosso convívio, em atos diários que muitas das vezes não percebemos que estamos agindo apenas pensando em nosso próprio benefício, como por exemplo: ao furarmos uma fila ou vendermos nosso voto, estamos contribuindo para a estagnação do nosso país. Somos agentes pensantes e agimos segundo nossas ações, mesmo que inconscientemente, por assim dizer, somos todos corrompidos por nossas paixões e interesses. Além disso, segundo Souza:

Na verdade, a “violência simbólica” é atualizada “cotidianamente”, por todos nós, nos mais “inocentes” encontros casuais na rua entre pessoas de classes diversas e nos rituais de subordinação e autoridade que isto envolve, até a “má-fé” institucional generalizada, aceita e legitimada por todos (...) É o abandono social de toda uma classe, objetivamente percebida como “animalizada”, já que a definição dominante de “humanidade” a exclui, que é legitimada na prática social, ainda que seja negada como “discurso consciente” todos os dias pelas mesmas pessoas que as implementam na realidade cotidiana dos atos que praticamos sem refletir (SOUZA, 2009, p. 398).

Com o apoio de Souza, compreendemos que quando se trata de ética nacional todos nós estamos inseridos nesse viés, pois é indubitável negar que praticamos essa “violência simbólica”, assim caracterizada por Souza sobre nossos atos cotidianos. Por assim dizer, versar sobre esse tema requer uma atenção redobrada sobre nossos atos e que façamos uma autocrítica, já que somos nós os principais responsáveis pelas mudanças sociais.

Assim, ao analisarmos os textos bases das propostas redacionais, observamos que a banca, através deste tema, lança uma pergunta não só para os candidatos, mas para todos nós enquanto indivíduos e sujeitos ativos perante a sociedade: estamos nos portando segundo os preceitos que regem a ética racional? E como poderíamos mudar esse cenário, já que a banca elaboradora das propostas redacionais deixa explícito nos textos bases que a resolução desse problema não cabe apenas dos políticos, mas também da sociedade em geral.

Compreendemos, portanto, que a banca ao tratar sobre esse tema com os candidatos, tem a pretensão de constituir em modelo de sujeito ativo na sociedade, pois segundo Pêcheu (1969, p 98) “não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia”. Assim, é necessária a percepção de que ao nos posicionarmos como sujeitos críticos e ativos, temos deveres e

direitos e por este motivo somos responsáveis por nossos atos. Atos esses regidos por nossas ideologias, crenças e éticas.

Como última proposta de análise, nosso estudo agora se volta para a proposta redacional da edição 2017 do Exame Nacional do Ensino Médio. Com o tema “Desafios para formação educacional de surdos no Brasil”, a banca surpreendeu a muitas pessoas, pois em meio a grandes acontecimentos no cenário político brasileiro, como por exemplo, o processo de impeachment de Dilma Rousseff, a banca propôs uma discussão acerca do plano educativo e os desafios que tanto o profissional da área enfrenta nas escolas com os educandos portadores dessa deficiência, a surdez.

Contudo, a comissão buscou manter o padrão de tematização, ou seja, manter as questões sociais em foco. Ao tratar de temas recorrentes a problemas sociais, a banca nos permite refletir sobre quão grande são os desafios que os profissionais da educação enfrentam para lidar com alunos portadores da surdez.

Sabemos que ainda existe uma grande lacuna a ser sanada em relação às políticas públicas e projetos educacionais que favorecem o indivíduo surdo. Como também, existe precariedade em profissionais capacitados para atuar na área, acarretando assim várias deficiências para os alunos e a cada dia, um novo desafio. Segundo a Secretaria de Educação Especial:

As políticas educacionais devem prever a eliminação das barreiras à educação dos alunos com deficiência, com síndromes, com altas habilidades/superdotação prevendo o atendimento às necessidades educacionais especiais, promovendo a participação a partir de novas relações fundamentais para uma socialização humanizadora. A educação inclusiva pressupõe novas relações pedagógicas centradas nos modos de aprender das diferentes crianças e jovens e de relações sociais que valorizam a diversidade em todas as atividades, espaços e formas de convivência e trabalho. Dessa forma, na efetivação do direito de todos à educação, o direito à igualdade e o direito à diferença são indissociáveis e os direitos específicos servem para eliminar as discriminações e garantir a plena inclusão social (BRASIL, 2006 p.5).

E em relação ao dever da escola, a mesma Secretaria nos diz que é preciso:

Considerando a heterogeneidade presente na sociedade, as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas e outras. Nessa perspectiva, o desafio da educação é assegurar um ensino de qualidade que beneficie os alunos com deficiência e com altas habilidades/superdotação, com a organização de escolas que promovam a participação e a aprendizagem de todos (Idem, 2006, p.9).

Assim, compreendemos que os princípios que regem a educação inclusiva, por meio de orientação, tenta garantir o atendimento às necessidades vigentes dos alunos portadores de deficiências especiais. Porém, os desafios continuam, pois a persistência dos déficits de aprendizagem dos educandos surdos, em grande parte, é devido a falta de assistência de políticas públicas, como também a presença de profissionais capacitados para atuarem sala de aula, prejudicando assim o processo de aquisição da linguagem e o processo de ensino/aprendizagem do educando surdo.

Baseando-se nesta perspectiva, Quadros (1997) afirma que: “a aquisição da linguagem é fundamental para que o sujeito surdo possa reescrever-se através da interação social, cultural política e científica. Pois, é através da linguagem e o domínio dela que o haverá uma inclusão efetiva do sujeito surdo nos diversos âmbitos sociais”. Assim, compreendemos que é por esse viés de que a banca busca alertar o educando sobre os deveres da escola, a sociedade, e a família para efetivar o desenvolvimento e aperfeiçoamento cognitivo do educando surdo. Como também, os desafios que o ambiente escolar enfrenta para promover ensino de qualidade para portadores de deficiência, mais precisamente a surdez.

E para amarrar com prioridade nossas considerações acerca do tema em tese, nos recorreremos de Alves quando assim versa:

O importante não é só capacitar o professor, mas também toda a equipe de funcionários dessa escola, já que o indivíduo não estará apenas dentro de sala de aula. [...] Alguém tem por obrigação treinar esses profissionais. Não adianta cobrar sem dar subsídios suficientes para uma boa adaptação desse indivíduo na escola. Essa preparação com todos os profissionais serve para promover o progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas (ALVES, 2009, p. 45-46).

Nesse sentido, compreendemos que se faz necessário a concretização do trabalho em conjunto, tento em vista, a maior preparação dos professores e especialistas em Libras no ambiente escolar, para que assim seja garantida a inclusão do educando surdo, gerando um processo de ensino/aprendizagem eficiente e eficaz.

É importante salientar que é indispensável à discussão dos professores em sala de aula sobre o ensino inclusivo, pois é dever da escola se conscientizar e conscientizar educando sobre os direitos do aluno portador de deficiência e os obstáculos que é enfrentando por ele diariamente.

Dessa forma, a banca examinadora trouxe quatro textos bases para ajudar a direcionar o candidato a redigir o seu texto, assim exposto:

TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO I

CAPÍTULO IV DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: [...]

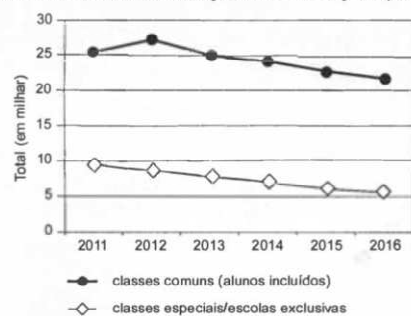
IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas; [...]

XII - oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 9 jun. 2017 (fragmento).

TEXTO II

Matriculas de Surdos na Educação Básica - Educação Especial



Fonte: Inep.

TEXTO III



Disponível em: <http://servicos.pt4.mpt.mp.br>. Acesso em: 3 jun. 2017 (adaptado).

TEXTO IV

No Brasil, os surdos só começaram a ter acesso à educação durante o Império, no governo de Dom Pedro II, que criou a primeira escola de educação de meninos surdos, em 26 de setembro de 1857, na antiga capital do País, o Rio de Janeiro. Hoje, no lugar da escola funciona o Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines). Por isso, a data foi escolhida como Dia do Surdo.

Contudo, foi somente em 2002, por meio da sanção da Lei nº 10.436, que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida como segunda língua oficial no País. A legislação determinou também que devem ser garantidas, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Libras como meio de comunicação objetiva.

Disponível em: www.brasil.gov.br. Acesso em: 9 jun. 2017 (adaptado).

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

LC - 1º dia | Caderno 2 - AMARELO - Página 19

É notório que a banca examinadora fez uma sucinta abordagem sobre as políticas públicas que resguardam e garantem a inclusão social do indivíduo surdo. Todavia, após a exibição dos textos motivadores para a produção textual e a análise dos mesmos, foi possível compreender que os desafios enfrentados pelas escolas como também pelos educandos, é falta de profissionais em Libras para atuar na área, ou seja, a falta de efetivação dos direitos assegurados aos surdos, segundo a Legislação citada nos textos bases.

A coletânea também frisa que existe uma legislação que preza pelos direitos dos cidadãos surdos, porém logo mais a baixo, no próximo texto, o segundo gráfico nos remete que na prática essa inclusão não ocorre de forma eficiente. Sendo assim, é necessário que o candidato detenha conhecimentos prévios acerca deste tema, destacando que se faz fundamental um maior investimento em especializações e cursos em Libras, com o propósito de garantir a inclusão dos surdos no ambiente escolar e posteriormente no mercado de trabalho.

Consideramos que o tema trabalhado foi de relevância importância social, pois pode ocasionar uma discussão sobre a inclusão de surdos e deficientes. Pois, para muitos esse é um tema novo, no qual pode ter acarretado certa dificuldade na produção textual, tendo em vista a pouca abordagem nas escolas. Mas, por outro lado, essa tematização veio a proporcionar conhecimento e curiosidade aos que não detêm conhecimento na área, porquanto a inclusão aos portadores de toda e qualquer deficiência merecem ser respeitados de forma igualitária.

CONCLUSÃO

Nas últimas décadas o sistema educacional vem passando por diversas transformações resultantes do modelo de escola contemporânea e construção de conhecimento, um exemplo disso, foi à reforma do Ensino Médio que entrou em vigor no ano de 2017. Por este motivo, é necessário o desenvolvimento de uma política que vise o aperfeiçoamento profissional, que prepare o docente para atuar em sala de aula como formador não só para o mercado de trabalho, mas que transforme o ambiente escolar em uma fonte de saberes cognitivos e formativos de cidadãos.

A escola pública precisa ser compreendida como um local de aprendizado e democratização do ensino, não como o último recurso escolar da classe baixa, a “ralé”. Pois, o processo de ensino/ aprendizagem deve garantir uma devida preparação para os alunos das escolas públicas. Para que assim, estes garantam suas vagas em universidades e posteriormente consigam atuar no mercado de trabalho.

Tendo em vista que a reforma do Enem almeja um ensino ligado à vivência na sociedade, e para a efetivação dessa convergência entre cidadania e trabalho a educação deve estar adequadamente preparada para situar o educando. E quando falamos em educação, estamos nos referindo a todas as esferas educacionais, que são elas: públicas e privadas.

Como já foi citado, Souza (2009) deixa bem claro o abandono social às classes desfavorecidas, um descaso que nasce na família e brota na sociedade, titulando assim, os sujeitos com oportunidades e os sem oportunidades.

Sendo assim, as análises das propostas redacionais possibilitou identificar que o nível de elaboração das propostas redacionais não são, muitas vezes, condizentes com o nível de aprendizado ofertado aos candidatos das escolas de rede pública, ou seja, classe baixa. Pois, no momento da confecção das mesmas, problemas como: déficits de aprendizagem não são levados em consideração. Por assim dizer, nos é remetido o seguinte questionamento: As provas devem ser confeccionadas de acordo com o grau de aprendizagem do educando? Ou o nível de cobrança deve ser revisto? Compreendemos que não é o nível nem tão pouco um novo padrão de prova deve ser adotado o que precisamos, e com urgência, é um nivelamento de ensino, o qual possa preparar, instigar, socializar e garantir que os alunos das classes baixas detenham o mesmo nível intelectual dos alunos da classe alta.

Como já foi apontado, o Exame Nacional é detentor de uma função primordial para o futuro dos candidatos que almejam uma formação acadêmica. Assim, por meio de diversos

programas, a prova vem possibilitar que o candidato, através da pontuação obtida no exame, ingresse em uma universidade. Promovendo, em tese, oportunidades para todas as pessoas que realizarem a prova, ou seja, a universalização do ensino.

Um dos objetivos previstos pela política educacional do exame é a democratização do ensino de nível superior. Valle (2010, p. 20), versa que “ampliar o acesso à escola não garante a igualdade de oportunidades, nem um percurso de êxito para indivíduos das classes menos favorecidas”. Ou seja, ainda falta investimento por parte do governo, dedicação dos professores e apoio da família e sociedade para que seja efetivada a universalização de ensino proposto pelo Exame Nacional do Ensino Médio.

Apontamos também que nos últimos anos, mesmo com a escassez de ensino oferecido pelas escolas públicas, os números de inscritos para o exame, como já citado na introdução deste trabalho, só vem aumentando, ano após ano. Logo, compreendemos, segundo os números já apontados, no discorrer do nosso estudo, que o Enem mesmo sem a efetiva democratização das mesmas chances para todos os níveis sociais, foi transformado em um ideal, um sonho dos jovens. Pois, ingressar em uma universidade, é um sonho a ser almejado e perseguido pela maioria dos estudantes de todas as esferas sociais brasileiras.

REFERÊNCIAS

- ALVES, F. **Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio**. Rio de Janeiro: Wak, 2009.
- ANDERSON, Perry. **“Balanço do Neoliberalismo”**. In: SADER, Emir.(org) Pósneoliberalismo - As políticas Sociais e o Estado Democrático, São Paulo, Editora Paz e Terra, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. 2005. **Da casa do rei à razão de Estado: um modelo da gênese do campo burocrático**. In. WACQUANT, Loic. O mistério do ministério. Pierre Bourdieu e a política democrática. Rio de Janeiro: Revan. P. 41-70.
- BRANDÃO, N G. **O Espetáculo das Notícias- A televisão generalista e a abertura dos telejornais**. Lisboa; Editorial Notícias, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 790, de 27 de julho de 2016. **Institui o Comitê Gestor da Base Nacional Curricular Comum e reforma do Ensino Médio**. Diário Oficial da União, Brasília, 28 de julho de 2016, Seção 1, p. 16. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=46471-link-port-790-base-curricularpdf&category_slug=julho-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 19/01/2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. **Proposta preliminar**. Segunda versão revista. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>>. Acesso em 19/01/2018.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/** Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. **Direito à Educação**: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais – orientações gerais e marcos legais. 2ª ed. Brasília: MEC/SEE, 2005.
- DIAS SOBRINHO, José. Campo e caminhos da avaliação: a avaliação da educação superior no Brasil. In: FREITAS, Luiz Carlos de (Org.). **Avaliação: construindo o campo e a crítica**. Florianópolis, SC: Insular, 2002.
- FLORES, Rodrigo. **Apesar das críticas, um ano de avanço econômico**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultnot/2004/12/28/ult2643u22.jhtm>>. Publicado em: 28/12/2004. Acesso em: 10/12/2017.
- GADET, Françoise & PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**. 2ª ed., Trad. Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Editora RG, Campinas, 2010.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. São Paulo Perspec. vol.14 no.2 São Paulo Apr./June 2000. Professor da Universidade de São Paulo e Diretor do Instituto Paulo Freire. Autor, dentre outras obras, de Perspectivas atuais da educação.

IBGE. **Em 2004, esperança de vida do brasileiro atingiu 71,7 anos**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencianoticias/2013agenciadenoticias/releases/13034-asi-em-2004-esperanca-de-vida-do-brasileiro-atingiu-717-anos.html>>. Acesso em: 15/03/2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Exame Nacional do Ensino Médio (Enem): fundamentação teórico-metodológica** / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. – Brasília : O Instituto, 2005.

LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos. **Avaliação Institucional: o uso dos resultados como estratégia de (re)organização dos espaços de discussão na universidade**. 2008. 260 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008.

NOGUEIRA, Maria Alice Nogueira; Catani, Afrânio. (Organizadores). **Pierre Bourdieu. Escritos em Educação**. 9.ed.. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. – (Ciências sócias da educação).

QUADROS, Ronice Muller. **Educação de Surdos: A Aquisição da Linguagem** / Ronice Muller Quadros. - Dados eletrônicos. - Porto Alegre: Artmed, 1997.

PORTAL BRASIL. **Enem é porta de entrada para universidades e programas do governo**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/05/enem-e-porta-de-entrada-para-universidades-e-programas-do-governo>>. Publicado: 23/05/2014 18h53. Acesso em 28/08/2017.

PORTARIA MEC Nº 438, DE 28 DE MAIO DE 1998. **Institui o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM**. Paulo Renato Souza

RELATÓRIO PEDAGÓGICO. Brasília-DF, dezembro de 2002. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/informacaodapublicacao//asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/486823>. Acesso em: 10/01/2018

SADOYAMA, Adriana dos Santos Prado (UEG/ SLMB). **Gêneros textuais e o ensino e língua portuguesa**, 2009, p. 13.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira : quem é e como vive** / Jessé Souza ; colaboradores André Grillo ... [et al.] — Belo Horizonte : Editora UFMG, 2009.

VALLE, Ione Ribeiro. **Justiçana escola: das desigualdades justas à igualdade sem adjetivos!** In: VALLE, Ione Ribeiro; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da; DAROS, Maria das Dores (Org.). Educação escolar e justiça social. Florianópolis: UFSC, 2010.

_____, Ione Ribeiro. **Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) Há democratização do acesso ao ensino superior?** In VALLE, Ione Ribeiro; KLITZKE, Melina Kerber. *Revista*

Retratos da Escola, Brasília, v. 9, n. 16, p. 227-247, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em 22/01/2018.

VELLEI, Carolina. **Conheça os principais processos seletivos para o ensino superior.** Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/conheca-os-principais-processos-seletivos-para-o-ensino-superior/>>. Acesso em: 20/01/2018.